



**Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da
Região Missioneira**

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DAS MISSÕES DO BRASIL

Responsável: Dr. ANTONIO DARI RAMOS

Santo Ângelo, 25 de janeiro de 2006

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

I - A FORMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL E ESPACIAL DA REGIÃO DAS MISSÕES DO BRASIL

Ao se examinar o território que abrange a atual Região das Missões é necessário averiguar alguns aspectos que a tornam uma das regiões fisiográficas do estado do Rio Grande do Sul. O espaço que abrange a Região das Missões brasileiras, possui uma geografia natural com extensas planícies e vegetação rasteira, principalmente na região de São Borja, o que propiciou o desenvolvimento da pecuária. No restante da região, mais especificamente nos altos do Planalto riograndense, são características as partes úmidas de mata e um relevo suave, próprio para a prática da agricultura. No entanto, partes da área colonial é bastante acidentada. Na hidrografia tem como destaque os rios Ijuí e Uruguai e seus demais afluentes.

Há que se explicar, porém, a formação da atual região por uma construção histórica que deve ser analisada desde a ocupação das etnias Guarani, Kaingang e Charrua nesse território, as posteriores experiências reducionistas aplicadas pelos padres jesuítas da Companhia de Jesus e as inúmeras divergências entre portugueses e espanhóis que, através de tratados e conflitos promoveram, durante anos, a mobilidade dessas fronteiras. Este fator é importante na medida em que implicou na formação espacial dessa região. Não se pode esquecer também o período posterior ao fim das reduções, quando aconteceu o processo colonizador do território em questão, fator que, aliado aos anteriores, definirá as características étnico-culturais da população assim como as conhecemos hoje.

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

1. A REGIÃO MISSIONEIRA E OS PRIMEIROS HABITANTES

Para que se compreenda o desenrolar do processo de disputas pelo território entre portugueses e espanhóis e a conseqüente fundação das missões jesuítico-guarani, é necessário averiguarmos aspectos da cultura da principal etnia que ocupava as áreas do planalto às margens dos rios Ijuí e Uruguai, quando da chegada dos europeus: os Guarani. A reconstrução da cultura dessa população pré-histórica, segundo vários arqueólogos e historiadores, é a mais fácil de se conceber devido à presença constante de aspectos e costumes desse povo desde o decorrer da ocupação do território pelos europeus até os dias atuais.

A partir dos inúmeros estudos realizados sobre a chegada dos Guarani no atual território gaúcho, a teoria mais provável remete a uma gradual migração de levas de indivíduos da família Tupi-guarani da região amazônica, provavelmente por motivos de adversidades naturais, e que se dispersaram dentro do território do atual Brasil, Argentina e Paraguai. Essa migração resultou na ramificação do tronco Tupi-guarani em duas populações com diferenças lingüísticas, econômicas e tecnológicas: a primeira, que ocupou a região do Paranapanema e o litoral leste do Brasil, ou seja, de clima tropical, e uma segunda, que é o alvo da nossa atenção, que ocupou o sul do Brasil e regiões correspondentes aos atuais Paraguai e Argentina, ou seja, em um clima mais frio, o que implicou na modificação da cultura agrícola para sua adaptação ao território.

Segundo estudos arqueológicos “as primeiras aldeias da tradição tupi guarani no Rio Grande do Sul estão ao longo da inflexão do rio Uruguai, no nordeste do estado. Estima-se que as mais antigas remontam ao tempo do nascimento de Cristo ou um pouco depois” (SCHMITZ, 1991: 302-303). Quando analisamos o processo migratório guarani, além da busca por melhores terras

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

para aplicação de sua horticultura de subsistência, cabe-nos analisar um ponto particular da cultura desse povo, que se expressa na crença da busca de uma Terra-sem-Mal, ou Ivy-Marae, na língua guarani. Na atualidade, muitos estudiosos acreditam que essa crença guarani, que se expressa na procura de um paraíso na terra “(...) onde os alimentos fruíam com permanente fartura e não havia necessidade de trabalhar para plantar e colher”(LESSA, 1984: 1), além de caracterizar ideologicamente o nomadismo dessa população, possa ter influenciado em igual, ou maior proporção, essa dispersão populacional ocorrida há mais de 2.000 anos.

Os Guarani, frente as demais etnias que faziam parte do cenário pré-histórico riograndense, destacaram-se pela elevada complexidade de sua organização religiosa, familiar, artística e tecnológica. Não se pode ignorar nesse sentido, as demais populações existentes no Rio Grande do Sul antes da chegada dos europeus, bem como suas peculiaridades culturais. Os Guarani, talvez por um contato anterior com os povos andinos, como acreditam alguns estudiosos, conseguiram se adaptar e tirar da natureza de forma mais elaborada aquilo que necessitavam para sua sobrevivência.

Outro ponto interessante de analisarmos quando procuramos remontar aspectos históricos da formação da região das missões no período pré-histórico, são, ao contrário do que se pensa, as inúmeras relações interétnicas já ocorridas entre as populações aqui existentes. Esse contato pode ser observado mais a fundo com a chegada dos Guarani e as posteriores disputas pelo domínio territorial com a conseqüente sobreposição de uma cultura sobre a outra, isso tudo muito antes da chegada dos conquistadores ibéricos. As matas ao longo do rio Uruguai eram as mais parecidas com as da região amazônica, e ideais para o estilo de vida guarani. No entanto, essa região “não estava desocupada, porque nela se encontravam instalados os caçadores e coletores da Tradição Humaitá, era-o tão frouxamente e por populações tecnologicamente tão inferiores que não seria difícil aos novos chegados irem tomando conta” (SCHMITZ, 1991:301). Partindo desse encontro de culturas

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

ocorrido com a chegada dessa população migrante e, com a sobreposição do avanço técnico da mesma, é que acontece nesse momento uma profunda mudança no cenário humano desse espaço. Todo o impacto causado pela chegada dessa nova etnia influenciou enormemente na distribuição dos povos nativos pelo território riograndense, afinal com a sua chegada os guarani provocaram um intercâmbio tanto na cultura quanto na economia com as populações já fixadas nestas terras (os Kaingang, Charrua e Minuano). Isso pode ser exemplificado pelas trocas econômicas: “(...) as mulheres charruas usavam um pano de algodão para cobrirem-se da cintura até os joelhos. Como estes não teciam nem plantavam algodão, subentende-se que o obtinham com os Guarani”.(REICHEL, 1996:56)

O nível cultural dos Guarani se destaca, segundo Dionísio Gonzáles Torres (1987: 11-14), não por grandes monumentos ou por escrituras, mas por aspectos que deixaram benefícios a humanidade. Entre conhecimentos, estão como mais importantes a língua, que se difundiu e se mesclou às línguas latinas da América do Sul, e também, as práticas agrícolas como o cultivo da mandioca, do tabaco, da erva mate, do milho entre outros, além da descoberta das propriedades medicinais de várias plantas nativas.

Quando os missionários da Companhia de Jesus e demais europeus chegaram nessa região não conseguiram compreender o nível cultural dos Guarani dentro do ecossistema em que estes estavam inseridos.

Esta incompreensão gerou uma falsa idéia – historicamente consolidada – de que os Guarani não possuíam qualquer avaliação econômica, avaliação que marcou profundamente todo o processo histórico das chamadas Missões guarani-jesuíticas da região platina que permanece, de forma anacrônica, até a atualidade.[...] O estudo da Antropologia Econômica sobre sociedades autóctones cultivadoras e a Etnografia Guarani definem um modelo interpretativo confirmado pelos dados inferidos nas fontes documentais. Neste modelo, a família extensa aparece como unidade de produção e consumo e a circulação econômica entendida como sendo guiada pela lógica da reciprocidade. (CATAFESTO, 2002:213)

Afirmando o que já foi dito acima, a produção econômica dos Guarani,

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

por ser baseada em clãs de parentesco, com um senso básico de subsistência, tinha o cultivo

feito com uma tecnologia primitiva [...] uma parte das colheitas era perecível e teria de ser consumida imediatamente, mas o milho, os feijões, a mandioca transformada em farinha ou beiju prestar-se-iam ao armazenamento.[...] as colheitas de que se fala não eram totalmente garantidas, pois estavam ameaçadas pela irregularidade climática da região [...] Parece que o Guarani racionalizava o uso da terra de modo a conseguir colheitas de produtos diferentes em diferentes estações do ano (...) ficando uma estação (inverno-começo da primavera?) pouco abastecida, em que recorriam à colheita de produtos do mato (...). (SCHIMITZ, 1991:308-309)

No que diz respeito à organização política e social, a nação Guarani (nação no sentido de grupo étnico), não possuía um governo central para todos. Embora alguns relatos indiquem que os Guarani, na chegada dos europeus, passavam por um processo de modificação na sua estrutura de poder, constituindo-se por vezes chefaturas, o controle político era restrito às comunidades, tendo como célula fundamental a base familiar com a sobreposição da figura masculina, ou seja, autoridade patriarcal. As unidades político-administrativas estavam assim predispostas da seguinte forma, segundo Torres (1987: 165-166): várias famílias com parentesco aproximado viviam em uma casa (tapýi-guasú) que formavam um grupo auto-suficiente economicamente, estas famílias faziam parte de um grupo maior. Essas casas se agrupavam então formando as aldeias (tava) que muitas vezes estavam fortificadas para impedir assaltos de tribos inimigas. A união de aldeias com seus territórios formavam por sua vez uma tribo. As famílias possuíam seus chefes chamados ñanderú, mas o chefe principal responsável pela tribo, se chamava mboruvichá (cacique). “En muchas tribus el mando era ejercido por un anciano, con el consejo de ancianos, y la dirección de las expediciones y conducción de la guerra cabía a un tuvichá o mboruvichá más joven”. (TORRES, 1987:167) Os chefes eram eleitos segundo sua eloqüência, sabedoria e sua vocação para direção e autoridade. Pedro Ignacio Schmitz (1991: 310) ressalta que, apesar de não possuir um governo unificado, e de

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

existirem várias características que diferenciavam, por exemplo, os Guarani do vale do Jacuí dos da Bacia do Uruguai, preponderava entre estes um forte laço de solidariedade, o que provocava um senso maior de unidade entre a etnia.

Ao observarmos mais a fundo a sociedade Guarani pré-colonial, precisamos levar em conta a religiosidade, suas crenças e rituais. Nesse sentido podemos destacar uma religião com fundamentos politeístas, com a crença em várias divindades protetoras, mas com a sobreposição de um deus superior, criador de todas as coisas. Acreditavam ainda na imortalidade da alma, e que esta após a morte alcançaria a felicidade em um mundo sobrenatural. O cacique poderia exercer o papel de curandeiro e guia religioso, porém essa função na maioria das aldeias era exercida pelos pajés, líderes religiosos chamados por eles de Karaí, que

orientavam os indivíduos nas doenças e males, buscando soluções no canto das aves, chupando os locais doloridos ou extraindo deles objetos simbolizadores do mal. Provavelmente também estavam ligados à perpetuação e reinterpretação dos mitos, nos quais se veiculavam as verdades fundamentais do seu modo de ser e de viver. (SCHMITZ, 1991: 297-298).

As verdades aqui referidas não interessaram aos missionários jesuítas que buscaram desconsiderar e suprimir os principais aspectos dessa religiosidade frente ao culto cristão. Sendo assim, o karaí se transformaria, mais tarde, em um inimigo do jesuíta, afinal ele detinha o controle espiritual e intelectual da tribo e lutava contra a instituição do novo culto e da moralidade cristã pregados pelos europeus.

Em vários relatos dos primeiros missionários que adentraram essas matas, podemos observar alguns rituais Guarani que os jesuítas tentaram de todas as forma abolir, embora nem sempre lograssem êxito, durante a aplicação do projeto reducional. Entre esses se destacam as danças e o consumo de bebidas fermentadas com intuito de invocar espíritos de antepassados, rituais de sepultamento, onde o morto era colocado dentro de um grande vasilhame cerâmico em posição fetal coberto por um vasilhame

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

menor onde acreditavam que a alma ficaria depositada, até os rituais antropofágicos elaborados, considerados pelos padres como atos de extrema crueldade, e que na concepção guarani não eram nada mais do que momentos de festa em que exaltavam a bravura dos guerreiros, além do costume da poligamia.

Apesar de muitos desses costumes e crenças terem escandalizado os missionários jesuítas quando da implantação reducional, o processo de transculturação não conseguiu apagar por completo aspectos do modo de vida Guarani. A experiência missionária levou os padres a conservarem, mesmo que com adaptações, alguns pontos dessa cultura “pagã” a fim de alcançarem sucesso na conversão desses povos ao catolicismo.

O próximo passo para que se possa vislumbrar de forma geral a formação histórica da região missioneira do Rio Grande do Sul, diz respeito à chegada dos europeus nos séculos XVI e XVII e a transição desse período de domínio guarani, para um outro de submissão desse povo ao poder econômico e cultural de Espanha e Portugal.

Quando do ‘achamento’ do novo continente pelas duas potências ibéricas, uma nova discussão advinda agora de uma disputa entre as coroas ibéricas viria tornar-se imprescindível na implantação do projeto missionário e alteraria a fisionomia do espaço onde hoje é o Rio Grande do Sul: as questões fronteiriças, iniciadas com a assinatura do Tratado de Tordesilhas.

Assim, durante todo o século XVI e parte do XVII, os espaços americanos, situados entre os dois impérios ibéricos, foram inicialmente “confins”, limites vagos de territórios subpovoados, mas onde as frentes de expansão, gradualmente, tendiam a se tocar, principalmente nos vales do rio Paraná e Uruguai, ultrapassando, algumas vezes o incerto meridiano de Tordesilhas. [...] se a geografia é condição básica para a fronteira, não constitui o seu essencial. A fronteira é mais do que um fato físico, ou natural. Ela o é também político, ou mesmo psicológico, ou cultural. E se desloca ao sabor dos processos históricos da colonização. [...] no vale do Rio Uruguai, a fronteira deslocou-se por diferentes

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

paisagens geográficas, ao sabor das oposições de interesses representados pelos bandeirantes e jesuítas, sempre antagônicos. (KERN, 1982: 157)

Assim, a fundação de reduções nas zonas intermediárias entre os territórios coloniais espanhol e português possuiria o sentido de guarnecimento das fronteiras. No atual território do Rio Grande do Sul, em 1626, começou a formar-se as reduções jesuíticas do Tape. Os Guarani apresentavam o perfil psicossocial necessário para a vida em uma redução, conforme o projeto jesuítico. Eram horticultores, viviam em comunidade e tinham um grande interesse pelas artes. Conforme Arnaldo Bruxel:

Tinha o guarani, em suma, muitas qualidades naturais favoráveis ao cristianismo, mas tinha também não poucas disposições que lhe eram adversas. As primeiras foram prudentemente aproveitadas; as últimas, paulatinamente corrigidas, com abnegada paciência e vigilância. (1987: 11)

Essa primeira fase ficou marcada pelo confronto entre os missionários e bandeirantes. Mesmo antes da fundação de reduções nesse território, esse confronto já acontecia nas regiões de Guairá e Itatim, na margem esquerda do rio Paraná. A fundação de reduções na região do Tape foram estabelecidas tanto como forma de proteger as fronteiras da América Espanhola como para fugir a esses freqüentes ataques de bandeirantes paulistas em busca de mão-de-obra indígena, o que efetivamente não deixou de acontecer. A região dos rios Paraná e Uruguai apresentavam as características necessárias para o desenvolvimento das reduções, com grandes campos, florestas e terras férteis. Porém, não conseguiram impedir os ataques dos bandeirantes paulistas. Inúmeras reduções foram fundadas, mas não conseguiram manter-se devido às cruéis intervenções dos escravizadores de indígenas.

Os ataques dos bandeirantes paulistas às reduções localizadas no atual Rio Grande do Sul, acontecidos principalmente entre 1627 e 1630 fizeram com que os padres, acompanhados dos indígenas, transmigrassem para o lado ocidental do Rio Uruguai, para o atual território da Argentina. Os padres só conseguiram lograr sucesso após o enfrentamento com os bandeirantes, destacando-se neste processo a Batalha de Mbororé, quando os Guarani,

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

autorizados a utilizar armas de fogo, após intensas tratativas realizadas pelo padre Antonio Ruiz de Montoya na Espanha, sob comando jesuítico, derrotaram a bandeira comandada por Jerônimo Pedroso de Barros. A partir desse instante é que os jesuítas encontraram trégua para reestruturar seus projetos reducionistas.

Começa nesse momento o segundo ciclo missioneiro com a fundação dos trinta povos nos atuais territórios da Argentina, Paraguai e Brasil. A primeira redução a ser fundada, nesta segunda fase, no atual território riograndense, foi a de São Francisco de Borja, em 1682.

2. PERÍODO DO 2º CICLO MISSIONEIRO, A VIDA NAS REDUÇÕES E A DECADÊNCIA DOS SETE POVOS

A conquista e a colonização dos espanhóis na América estavam embasadas na evangelização e civilização, dentro do preceito europeu, prosseguindo a mesma idéia que motivou a luta contra os mouros durante a reconquista da Espanha, ou seja, os jesuítas estavam a serviço da Igreja e do rei da Espanha. Nesse sentido, os padres jesuítas fundaram as reduções modificando os valores morais e toda a estrutura política, social e econômica a qual as etnias indígenas estavam acostumadas. Não raras vezes os missionários chamaram para si a não aceitação de seu trabalho por parte dos colonos espanhóis, de inúmeras autoridades civis e eclesiásticas por possuírem privilégios especiais concedidos pela coroa e por defenderem os indígenas contra a escravidão, que garantia para os colonizadores espanhóis mão-de-obra barata.

A atuação dos jesuítas na América do Sul, mais precisamente na Província do Paraguai, que compreendia regiões do Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia, foi, durante os primeiros contatos repelida pelos indígenas, tal como demonstra a morte de inúmeros missionários pelos indígenas (exemplo

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

contundente disto temos na morte, na atual região missioneira gaúcha, dos padres missionários João de Castilhos, Roque González de Santa Cruz e Afonso Rodriguez). E mais tarde, como já foi afirmado anteriormente, tiveram de adiar seus projetos devido à atuação das bandeiras paulistas.

O começo dos chamados Sete Povos das Missões, após os ataques do primeiro ciclo na região do atual Rio Grande do Sul, começa nas duas últimas décadas do século XVII. Conforme Flores:

A fundação da colônia do Santíssimo Sacramento no rio da Prata, em 1680, e as descidas constantes dos portugueses para o sul, em busca do gado e de comunicação com o seu entreposto comercial meridional, fez com que a política espanhola impelisse os jesuítas e catecúmenos guaranis a cruzarem novamente o rio Uruguai, fundando a redução de São Francisco de Borja, em 1682, iniciando outra fase missioneira, que durou até 1768, sob a orientação da Companhia de Jesus. (FLORES, 1983: 22)

Com a fundação da redução de San Angel Custódio, em 1707, elevaram-se a trinta o número de Povos guaranis e a sete o número de reduções no atual território brasileiro, na segunda fase. Segundo alguns estudiosos, as reduções eram Estados Teocráticos, ou seja, regidos pelo catolicismo, independente do rei de Espanha. Mas, pelo contrário, todas as decisões políticas e econômicas dependiam da Coroa Espanhola. Vários documentos comprovam a autoridade do rei sobre as missões: burocracias sobre as decisões políticas, leis, audiências e até tributos eram cobrados dos novos vassallos de Espanha. Além disso, os indígenas reduzidos prestavam um serviço fundamental, o de defesa da fronteira contra a expansão lusitana. “Portanto, a localização das Reduções não obedeceu a interesses políticos e nacionalistas, mas para a defesa das fronteiras.” (BRUXEL, 1987: 25)

As reduções seguiam um plano urbanístico designado por lei variando em poucos detalhes entre uma e outra. O modelo padrão consistia em uma rua principal que dava acesso à Igreja, que era o prédio mais importante de todo povoado. No centro ficava a praça onde ocorriam os desfiles militares, as

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

encenações religiosas e as festas. Em torno da praça ficavam alinhados os blocos de casas dos índios de forma ordenada, o que permitia o crescimento planejado do povoado. Junto à Igreja ficavam os prédios utilizados pela comunidade. De um lado ficavam a casa dos padres, as oficinas e o colégio, todos com amplos espaços e grandes pátios internos. Do outro lado da igreja ficava o cemitério e o cotiguaçu, casa que abrigava os órfãos e as viúvas. Atrás da Igreja ficava a quinta dos padres onde eram cultivadas hortaliças e árvores frutíferas. Ainda, na periferia das reduções, encontravam-se fontes de água, olarias onde se fabricavam os tijolos de barro chamados adobe e as telhas que serviam para a construção das casas, além de curtumes, açudes, capelas, estâncias e ervais. Segundo Bruxel (1987: 48-49), mesmo que ainda pouco desenvolvidas, existem pesquisas e achados arqueológicos que demonstram a existência de uma rede de esgoto e água que abastecia as reduções que chegaram a possuir cerca de 5 a 6 mil habitantes.

Nas construções, além do adobe, tijolo feito de barro sem a necessidade de queima, utilizaram amplamente a pedra itacuru que também servia de matéria-prima para a extração de ferro. Destaca-se na área da fundição de ferro a redução de São João Batista, com suas ruínas localizadas no atual município de Entre-Ijuís. O prédio que possuía maiores detalhes e que exigia cuidados especiais era a Igreja, com adornos e talhas em arenito no seu exterior e um grande espaço onde se encontravam grandes estampas com motivos religiosos, além de grandes altares e esculturas talhadas em madeira.

A arquitetura missioneira seguia o estilo barroco, porém, possuía características próprias, principalmente no que se refere à estatuária. Segundo estudiosos, apesar de serem exímios imitadores, os guaranis incluíram em suas imagens e esculturas características e feições próprias: por isso criou-se a denominação de arte barroco-missioneira para esse estilo desenvolvido nas reduções. Muitas esculturas tinham os pés, mãos e cabeças vindas da Europa, tendo o corpo com vestimentas celestiais esculpidas pelos artesãos reduzidos. Muitos exemplares dessas obras resistiram ao tempo e ainda se conservam até

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

os dias atuais. A arte visual não se desenvolveu a um grau mais apurado porque não havia uma exigência por parte dos padres e dos guaranis, pois essa arte, assim como as demais modalidades desenvolvidas, cumpriam exclusivamente uma função catequética. Conforme Bruxel, os jesuítas souberam utilizar esses dons artísticos dos guaranis para a expansão do cristianismo e para tanto, desenvolveram as artes rítmicas:

Como músicos e cantores, também os dançarinos indígenas não eram simples amadores, mas profissionais, com longos anos de exercícios diários. Começavam a dançar desde os seis ou sete anos. Em vez do trabalho na roça ou na oficina, tinham eles ensaio de canto, música e dança, por algumas horas diárias; aos domingos e festas ensaiavam também melodramas. Canto, música, dança e melodrama eram as principais diversões do povo nas muitas e grandes festividades. Os melodramas eram muitos e bem variados. Vibravam os guarani com as batalhas entre 'espanhóis e sarracenos', ou entre 'anjos e demônios'. (BRUXEL, 1987: 78)

Os indígenas atribuíam uma enorme importância à religião católica e suas práticas, que inicialmente era um fator externo, mas com o tempo e as horas destinadas aos cultos, missas sermões e catequese, na visão dos padres, cederam às pregações e tornaram-se fiéis devotos do catolicismo, embora nunca deixassem por completo sua cultura ancestral.

Quanto aos sacramentos, o matrimônio é que define o perfil da vida familiar guarani na redução. Os padres instituíram o casamento dentro de uma cultura que até então era poligâmica, que aceitava o divórcio e o infanticídio. Para pregar a moralidade sexual, os jesuítas implementaram o casamento precoce, a partir dos 15 anos para as moças e dos 17 anos para os rapazes. Esses matrimônios se realizavam de forma coletiva com dezenas de casais da redução. Cada casal tinha em média de três a quatro filhos que eram orientados pelos religiosos que os acompanhavam diretamente desde o nascimento, mas principalmente a partir dos sete anos, enquanto os pais trabalhavam nos diversos segmentos de atividades da comunidade.

Os padres precisavam alimentar os índios e sustentar a redução, havendo então a necessidade cada vez maior da expansão do trabalho e da

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

diferenciação de serviços que viessem suprir as necessidades da comunidade. Nesse processo, o problema principal foi o costume do guarani pré-jesuítico com seu sistema tribal de doação e sua falta de interesse por tarefas repetitivas e cansativas. Por isso, era necessário estimulá-los a realizarem as tarefas diárias de formas diferentes, sendo a competição a mais utilizada, através de jogos, trabalho em equipe e campeonatos. Por outro lado, os padres souberam explorar positivamente o coletivismo guarani ancestral.

O sistema de propriedade na redução era coletiva. Cada indivíduo era dono apenas de seus objetos pessoais. Fora isso, até as ferramentas utilizadas no cultivo da terra era de ordem comunitária. Os indivíduos recebiam terras particulares (Abambaé) para o sustento da família, porém precisavam trabalhar nas terras coletivas (Tupambaé) para a manutenção da comunidade. Eram coletivos também os meios de transporte (barcos e carros de tração animal), as áreas de mato, as estâncias, os ervais e até as casas de moradia. Cada família diariamente recebia sua porção de erva-mate e carne que provinha das terras e campos coletivos. O senso de coletividade guarani impediu o desenvolvimento de uma civilização dentro do preceito capitalista europeu. Quanto ao comércio nas reduções, Bruxel destaca:

Dentro da mesma Redução, os índios particulares só podiam trocar entre si coisas dispensáveis e supérfluas, adquiridas por própria indústria ou doadas pela comunidade; não, porém, os bens necessários à vida e ao trabalho, fornecidos pela comunidade. (...) Quanto ao comércio entre duas Reduções será lícito dizer, de modo geral, que não havia comércio entre particulares, nem entre uma comunidade e particulares da outra. (...) mas o que escassava em uma redução podia abundar na outra. (...) No comércio com os espanhóis, todas as vendas e compras dos Trinta Povos eram, normalmente, feitas por meio dos Ofícios de Santa Fé e Buenos Aires, para onde desciam os barcos missioneiros após a colheita da erva-mate. O padre procurador de Ofício, missionário conhecedor de índios e Reduções, e interessado em tudo quanto lhes dizia respeito, procurava logo vender a bom preço os produtos indígenas, antes que o mercado se saturasse. Fazia igualmente as compras para cada Redução. (1987: 89-91)

Entre as orientações da Companhia de Jesus estava a da fundação de

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

um colégio primário junto a cada redução. Muito mais do que simples escola para que os índios aprendessem a ler e escrever, era preciso formar cristãos que também se tornassem lideranças frente à comunidade e auxiliassem na administração do povoado. Os padres, de início, ficaram responsáveis pela educação até a formação de mestres entre os indígenas. Os jesuítas tiveram que aprender o idioma para que fosse possível implementar seu projeto de conversão dos Guarani. Muitas cartilhas, livros e catecismos foram traduzidos do espanhol para o guarani e usados nas reduções.

Um dos atrativos aos bandeirantes na região missioneira do Alto Uruguai foi a existência de grande rebanho vacum, introduzido na região em 1634. O gado introduzido pelos jesuítas em pequeno número propagou-se nos currais e estâncias. Porém, os ataques dos bandeirantes fizeram com que os jesuítas resguardassem o gado em grandes campos e esconderijos naturais, chamados Vacarias. A primeira foi a Vacaria do Mar, ao sul do Rio Jacuí, onde o gado se desenvolveu e procriou durante os anos de abandono, após o fim do primeiro ciclo missioneiro. No início do século XVIII, dá-se início à Vacaria dos Pinhais, nos Altos do Planalto do rio Uruguai, onde os padres introduziram o gado em vastos campos protegidos por grandes matas de pinheiro impenetráveis. Durante o auge das reduções, essas vacarias tornaram-se estâncias que se estendiam por milhas e onde o gado era criado a fim de abastecer o consumo de carne dos trinta povos (cada redução possuía a sua estância). O mesmo ocorria com os ervais que eram cultivados pela comunidade a fim de abastecer as rações de erva-mate (*Ilex Paraguariensis*) para cada família. O costume de beber o chimarrão, bebida que possuía ligação com os feiticeiros guarani, por mais que tentassem, não conseguiu ser extinto pelos padres jesuítas. Assim, os missionários destinaram uma pequena ração diária da erva por família, inclusive como forma de combater o consumo de bebidas fermentadas. Conforme Bruxel (1987:84-85) extensos ervais se estendiam ao longo dos domínios dos Sete Povos. Muitos se localizavam a 500 ou 800 Km de distância o que tornava o trabalho dispendioso para os guarani missioneiros que

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

colhiam a erva para a redução e também para a exportação, pois em Buenos Aires alguns artigos era comprados em troca da erva. O hábito de tomar o chimarrão espalhou-se pela América Latina e ainda hoje no Rio Grande do Sul é um hábito amplamente cultivado.

A organização político-administrativa das reduções mesclou elementos espanhóis adaptados aos costumes guaraníticos. O cabildo exercia a função administrativa da redução, espelhado na administração municipal hispânica. Os caciques passaram a exercer o papel de funcionários da administração. A junta administrativa era formada por um corregedor, escolhido pelo padre e pelo Governo de Buenos Aires, além de tenentes corregedores, alcaides, alferes e regedores. Os cabildantes gozavam de privilégios junto à comunidade e seus filhos recebiam uma educação especial a fim de prepará-los para substituir os pais no cabildo.

Como pode-se perceber, essa sociedade criada pelos jesuítas e guaranis possuía regras, objetivos e idéias que tornaram a experiência única e admirável ao levar-se em conta o modelo da sociedade da época. Tanto destacou-se que não se manteve por muito tempo. A formação dos Trinta Povos deu-se em meio a desconfianças das intenções dos jesuítas que foram acusados por muitos de promover o desenvolvimento de uma sociedade teocrático independente, quando se sabe que na verdade as reduções estavam intensamente ligadas ao rei da Espanha e contribuíram de forma incomparável para o desenvolvimento colonial na América do Sul.

O fator principal que ocasionou a decadência dos Sete Povos foi sua localização em uma zona de contestação entre Espanha e Portugal. O Tratado de Tordesilhas firmado em 1494, já não era respeitado há muito tempo, e a fundação da Colônia do Sacramento no atual Uruguai pelos portugueses impedia o avanço dos domínios espanhóis, sendo então cobiçada por esses, já que se localizava em um lugar estratégico que auxiliaria na implantação do monopólio comercial espanhol. Esse interesse por Sacramento deu origem ao Tratado de Madrid assinado entre Portugal e Espanha em 1750. Portugal

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

abriria mão da Colônia de Sacramento em troca da região dos Sete Povos das Missões, que deveriam ser liberadas por seus habitantes que teriam de migrar para o lado do domínio espanhol.

Conforme os escritos de Maestri:

O Tratado ordenava: “Das povoações ou aldeias que cede Sua Majestade Católica na margem oriental do rio Uruguai, sairão os missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os índios para os aldear em outras terras de Espanha (...); entregar-se-ão as povoações à Coroa de Portugal, com todas as suas casas, igrejas e edifícios e a propriedade e posse do terreno (...).

Esse tratado desencadeou a resistência dos Guarani dos Sete Povos que perderiam seu patrimônio, terras, estâncias e tudo aquilo que haviam construído. Essa resistência gerou a Guerra Guaranítica. O dois exércitos europeus se uniram contra os índios dos Sete Povos da Missões que lutaram em pequenas guerrilhas até 1756 contra ambos.

As tropas gerais missioneiras eram comandadas por Nicolau Neenguiru, corregedor de Concepción, na margem ocidental do Uruguai. Outras tropas por José Tiaraju – Sepé –, alferes real de São Miguel. Em 7 de fevereiro de 1756, Sepé foi morto m batalha, teria sido justicado com um tiro de pistola, pelo próprio governador de Montevideú, tendo dito antes da morte a célebre frase: “Esta terra tem dono”. Sepé Tiaraju tornou-se um mito, um mártir da causa missioneira, sendo aclamado até os dias atuais e tendo sua imagem ligada aos movimentos sociais e de luta no Rio Grande do Sul.

O fim da Guerra aconteceu porém apenas em 10 de fevereiro, na Batalha de Caiboaté. Foi um banho de sangue onde os Guarani missioneiros foram as vítimas frente ao poderoso armamento dos inimigos. Cerca de mil índios missioneiros foram executados. Em 16 de maio de 1756, após pequenos confrontos, as tropas ibéricas entraram em São Miguel. A República dos Sete Povos fora derrotada.

O Tratado de Madrid que de início parecia não interferir com os povoados do lado direito do rio Uruguai, de fato os afetou após a Guerra

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Guaranítica. Os jesuítas foram acusados de incitar os indígenas à resistência e como punição foram expulsos dos Trinta Povos. Mais tarde seriam também expulsos da Coroa e a Ordem seria supressa. Com a expulsão dos jesuítas desses territórios, outras tentativas de reerguer as missões foram tomadas, destinando para isso padres de outras ordens religiosas, mas que não lograram sucesso, pois os poucos índios que restaram estavam dispersos e não aceitaram os novos missionários.

Segundo as palavras de Maestri,

os missioneiros foram obrigados a adotar a língua e nomes portugueses, dissolvendo-se na população subalternizada do Rio Grande do Sul. Essa enorme contribuição ao povoamento original do Rio Grande é menosprezada pela historiografia tradicional rio-grandense.

Derrotados, milhares de missioneiros migraram para a Banda Oriental – Uruguai –, onde se empregaram nos campos, como peões, e em Montevidéu, como chacreiros, artífices, etc., guaranitizando profundamente aquela região.

○ Tratado de Madri foi o tratado mais importante do século XVIII e veio a reafirmar a mobilidade da fronteira riograndense. Após esse tratado seguiram-se diversos outros, principalmente na fronteira sul, com o atual Uruguai, que durante a vinda de D. João VI ao Brasil nas duas primeiras décadas do século XIX, desencadeou a Guerra da Cisplatina que anexou o território uruguaio ao Brasil que só foi restituído à Espanha em 1828. Esse foi apenas um dos episódios que delinearão a formação política, social e territorial do Rio Grande do Sul. Entre os demais episódios podemos citar os dez anos de Guerra entre o Rio Grande do Sul e o Império Brasileiro de 1835 a 1845, a chamada Guerra dos Farrapos, que exigiu a formação de uma República independente no sul do Brasil unindo os territórios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a república não se concretizou, porém essa batalha foi responsável pela formação da identidade do povo gaúcho, fortemente ligado com o chão e com as tradições da cultura gaúcha. Tradições essas exaltadas nos CTGs (Centros de Tradições Gaúchas) espalhados pelo estado e pelo país, além dos desfiles e comemorações realizados todo o dia 20 de setembro, dia que marca o fim da

**Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da
Região Missioneira**
Guerra dos Farrapos.

**4. O PERÍODO PÓS-REDUCIONAL E A IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO
TERRITÓRIO MISSIONEIRO:**

A expulsão dos jesuítas e a dispersão dos indígenas que restaram nas reduções, marcaram o fim da experiência reducional. Em meados do século XIX só restavam ruínas cobertas por mato e capoeira. A demolição das construções reducionais se deveu aos inúmeros saques e as histórias de tesouros escondidos pelos jesuítas, o que levaram inúmeros aventureiros a destruírem as reduções. Segundo registros de Hemetério Silveira que passou pela região no final da década de 1880, mais precisamente na antiga redução de Santo Ângelo Custódio, destaca-se o seguinte:

Em nossa visita de 1886, começavam a demolir parte do frontispício (referente à Igreja) para aproveitar os materiais na capela que pretendiam construir.

Com efeito, veio tudo a baixo, com exceção de duas colunas ainda conservadas, uma caída sobre o solo, outra ainda em pé e a prumo, ambas monolíticas (...) No lugar da quase basílica, levantada pelos jesuítas, mas barbaramente destruída e abandonada, campeia a nova igreja, construída por influência do novo pároco Francisco Rositi, verdadeiro contraste de seus quatro predecessores. (1909: 172)

Após um período de abandono da região, aos poucos ela voltava a ser habitada por imigrantes e descendentes de europeus. Conforme Machado (1981: 19) a primeira tentativa de instalação de europeus, foi em 1824 com a vinda de imigrantes alemães para a região da redução de São João Batista, atual município de Entre-Ijuís. Porém essa tentativa fracassou devido a falta de assistência e as condições de isolamento dessas localidades, mas algumas famílias se mantiveram no local como os Kruehl, os Holsbach, os Schmidt e os Bulgsdorph.

Na realidade o território missioneiro não esteve de todo abandonado,

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

pois um pequeno contingente de indígenas remanescentes das reduções encontrava-se espalhado pelas localidades. Esses guaranis foram incorporados à influência portuguesa, etnia que se destacou no início da ocupação desse território. Portugueses e açorianos, através da concessão de lotes de terras e de uma política de vantagens como fornecimento de instrumentos agrícolas e sementes por parte do governo, começam a povoar o território missioneiro. Assim como em Santo Ângelo, em São Luiz Gonzaga, São Borja e São Nicolau as novas povoações e vilarejos se desenvolveram sobre as ruínas das reduções que até então estavam abandonadas. Pilares e pedras das construções jesuíticas foram utilizadas para erguer as novas casas que comporiam as futuras cidades.

Segundo Eliane Cruxên Barros, na obra RS: Imigração e Colonização:

a situação política dos países europeus em meados do século XIX, agitada por uma série de movimentos revolucionários, atuou como mola de repulsão de grande contingente populacional. Por razões diversas, este contingente procurou preferencialmente o Brasil. Entre elas, encontram-se certas leis, promulgadas ainda no período do Império, que facilitavam a vinda e o abastecimento de estrangeiros no país. (1980: 12)

A atual região das missões destaca-se no estado do Rio Grande do Sul pela miscigenação da população. Formaram essa pluralidade populacional além dos Guarani, os portugueses, os negros, remanescentes do período escravocrata do Brasil, em maior número os alemães, italianos, poloneses e em menor número árabes, judeus e russos e outras etnias.

No que se refere a imigração açoriana, Kühn destaca que,

segundo o historiador Aurélio Porto, teriam entrado no Rio Grande do Sul, até 1754, aproximadamente 2.278 açorianos ou 585 casais, com a intenção de ocupar a região dos Sete Povos, que seria desocupada pelos jesuítas e índios missioneiros. Na espera da transferência para as Missões, os açorianos foram transportados, em parte, para Viamão e Porto Alegre, Santo Amaro e Rio Pardo (2004: 58)

Devido a Guerra Guaranítica e a demora na desocupação dos povoados missioneiros, bem como os perigos existentes na grande extensão territorial

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

que abarcava toda a região dos Sete Povos, os primeiros colonizadores preferiram ocupar outras localidades, dando origem a várias cidades gaúchas. Apenas em meados do século XIX migraram destas outras cidades até a região missioneira.

No que se refere à economia pós-reducional, com a vinda dos primeiros colonizadores encontramos um modelo multifacetado nas atividades econômicas. Baseados em um modelo agropastoril, os colonizadores dedicaram-se primeiramente a criação de gado. Na região das atuais cidades de São Borja, Bossoroca, Itacurubi e Garruchos, os vastos campos de vegetação rasteira contribuíram para o desenvolvimento dessa atividade que ainda hoje possui uma enorme representatividade na economia da região.

Nas estâncias, assim como nas charqueadas que se desenvolveram no território riograndense, o trabalho escravo foi implantado nos primeiros momentos da colonização. Durante o século XVIII, o trabalho de cativos indígenas foi amplamente utilizado, porém com o passar dos anos e com a ampliação da atividade agropecuária bem como a intensa utilização dos escravos africanos em todo o Brasil e no Rio Grande do Sul, os estancieiros da região missioneira passaram a utilizar esse tipo de mão-de-obra. Na cidade de Bossoroca ainda são encontrados vestígios de um cemitério de negros cativos e de uma senzala da época. Na cidade de Giruá confirma-se a existência de uma comunidade de descendentes de escravos no interior do município, remanescentes de um povoado quilombola.

A região missioneira atual, destaca-se pela presença de inúmeros descendentes de diferentes etnias, porém entre esses a presença de descendentes de alemães é maior devido a migração mais recente. Após a primeira tentativa de instalação de colonos alemães na região na década de 1820, apenas no início do século XX é que os colonos germânicos retornam. Devido principalmente ao esgotamento das terras nas primeiras colônias do estado, houve a migração para outras regiões. Através da Companhia de Colonização "Bauerverein", que promoveu a venda de lotes de terras na região

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

das missões, inúmeras famílias de colonos descendentes de imigrantes alemães foram assentadas na região. Esse assentamento que primeiro chamou-se Serro Azul abrangia os atuais municípios de Cerro Largo, Roque Gonzales, São Paulo das Missões, Salvador das Missões, Sete de Setembro, Porto Xavier e São Pedro do Butiá. Conforme nos conta Rosmeri Inês Spies:

no Rio Grande do sul fora fundada a Companhia de Estrada de Ferro Alemã (Nortwestbahn) para construir uma ferrovia. (...) Em troca da construção, a Companhia recebia a concessão para colonizar uma faixa de terra de 5 Km ao longo da estrada podendo repassar ao preço de 2\$00 réis o hectare. Mas não obteve sucesso. Até 1900, essa não chegara a assentar uma dúzia de colonos e o projeto foi repassado à Bauernverein, que através de um acordo com a Nortwestbahn e o Governo Estadual, comprometia-se a colonizar a gleba Serro Azul, no prazo de 10 anos, para assentar famílias de origem alemã. (...) Esses pioneiros de serro Azul adquiriram lotes de terra na área compreendida entre os rios Ijuí e Comandaí, que foi repartida em lotes segundo critérios diversos. Dividia-se em faixas de terra de um a dois quilômetros de largura, chamados de “linha”. (...) Cada localidade, desde o início, procurou obter auto-suficiência. Por isso era necessário capela, escola e clube da comunidade, além de uma casa comercial. (2000: 14 – 17)

A imigração alemã ocorreu não apenas nessa localidade. Cidades maiores como Santo Ângelo, São Luis Gonzaga e São Borja também tiveram influências dessa colonização. Porém esta não foi tão forte e marcante como na região da atual Cerro Largo onde os costumes e a língua alemã com seus dialetos ainda são amplamente cultivados.

Quando se fala em cultivo aos costumes dos antepassados, destaca-se na região missioneira a presença de imigrantes poloneses e de algumas famílias suecas na Colônia Guarani, atual município de Guarani das Missões. Segundo Gritti (2004: 96-100), as primeiras famílias chegaram à localidade por volta de 1891, enfrentando o problema da falta de recursos, pois imigravam de um país que estava sendo retalhado e dominado por outras nações. Mesmo assim, no decorrer de três décadas a colônia tornou-se próspera recebendo migrantes poloneses de outras colônias do estado, tornando-se uma colônia exclusivamente polonesa. Atualmente Guarani das Missões é conhecido como

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

“a capital polonesa dos gaúchos”, destacando-se nacionalmente devido a preservação dos costumes da etnia.

Guarani das Missões é um pedaço do Brasil onde se fala polonês, pratica-se a culinária típica do país europeu e onde existe um balé folclórico cujos integrantes vestem trajes trazidos da Polônia. Lá bate forte o sentimento de "eu sou polonês" ou, como preferem dizer, "ya iezdem polski". Assim como na nação de origem dos imigrantes, a economia da cidade gira em torno da agricultura e de suas pequenas propriedades. (revista**globo**rural.globo.com. acesso em 15/12/2006)

A presença de famílias de descendentes de imigrantes italianos também é constante na região missioneira. Porém ela não é tão significativa e constante quanto a alemã e a polonesa, pois a vinda desses colonos não ocorreu através de colônias destinadas a estas famílias, mas através de migração das velhas colônias do interior do estado, principalmente do centro e da serra gaúcha. Esses migrantes trouxeram consigo alguns traços culturais e econômicos que já estavam sendo desenvolvidos com mais intensidade nas colônias italianas do estado, mas que acrescentaram significativamente na formação dos traços peculiares da região das missões como o cultivo da videira e a produção do vinho.

Enfim, no que se refere ao processo imigratório europeu no Brasil, o Rio Grande do Sul destaca-se pelo crescimento ocorrido a partir da contribuição dos imigrantes advindos dos mais diferentes locais do globo. No contexto estadual a região das missões é referência devido à diversidade étnica de sua formação sócio-cultural e espacial. Sobre o papel do imigrante nesse processo, Cruz ressalta:

O papel do imigrante é muito importante, pois ele é um trabalhador livre, que vive e circula na sociedade conforme os mesmos critérios de liberdade que regulam a circulação de mercadorias de que são portadores – o capital e o trabalho. Um forte argumento a favor desses repousa num suporte de mercado interno de gêneros alimentícios que iriam prover, suprimindo as necessidades dos centros urbanos, ou das grandes fazendas de gado ou, também, das áreas de plantação de erva-mate. Impulsionaram e diversificaram a agricultura, visto que se tratava de população de certos conhecimentos

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

agrícolas mais aprimorados. Essa demanda suplementar produziu maiores dimensões de produção e permitiu, por conseguinte, a elevação das rendas. Com a expansão demográfica a economia de subsistência também cresceu. (1986: 172-173)

5. A REGIÃO DAS MISSÕES E SEU PAPEL NO CENÁRIO HISTÓRICO NACIONAL

A imigração possibilitou o crescimento econômico e a autonomia política da região missioneira que prosperou e tornou-se cenário para a passagem de fatos importantes da história do Brasil nos séculos XIX e XX. Um desses episódios foi a Guerra do Paraguai. Ocorrida ainda durante o Império Brasileiro, os combates se realizaram na segunda metade da década de 1860 e envolveram as forças armadas do Brasil, da Argentina, do Uruguai contra o Paraguai. Foi a guerra mais longa e devastadora da história da América do Sul, e resultou no aniquilamento do Paraguai, o mais desenvolvido país de toda a América Latina até o início do confronto. Nessa guerra, a cidade missioneira de São Borja foi um dos focos de batalha e de defesa dos aliados contra os paraguaios. Ainda hoje se encontram resquícios desse episódio nos museus, quartéis e nas margens do rio Uruguai no território da atual cidade. Essa guerra, do ponto de vista cultural e territorial, reafirmou a importância da questão platina na formação do Rio Grande do Sul e conseqüentemente da região das missões. Essa influência platina, ainda na fase colonial, deu-se por ter sido um território de disputa entre Espanha e Portugal e após, por localizar-se em um local estratégico de fronteira com os países do Prata. Fabio Kühn faz algumas considerações sobre essas disputas:

Esses episódios, vistos em seu encadeamento, permitem compreender por que a formação do Rio Grande do Sul não pode ser dissociada do seu contexto platino. Certamente, por detrás dessa vinculação está a condição fronteira com os vizinhos do Prata, mas uma visão simplesmente conflitual da fronteira é insuficiente. A fronteira era um bom espaço de circulação de homens e de seus bens, que permitia a própria sobrevivência dessas sociedades. (2004: 77-78)

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Décadas mais tarde, por volta de 1920, um outro fato histórico viria marcar profundamente a formação histórica e política das cidades missioneiras de Santo Ângelo e São Luis Gonzaga: a passagem de Luís Carlos Prestes e o início da Coluna Prestes.

O capitão do exército Brasileiro Luís Carlos Prestes foi o engenheiro responsável pela construção da linha ferroviária que ligava Santo Ângelo a Porto Lucena. Construiu a estação férrea do Comandaí e a estação férrea de Santo Ângelo, atual Memorial da Coluna Prestes. Prestes foi um dos mais brilhantes estudantes da Escola Militar Brasileira, adepto do movimento tenentista que, conforme Schimdt (2005: 527), foi um movimento que “promoveu uma série de revoltas militares contra os domínios das oligarquias na República Velha. A maioria dos revoltosos, ou os mais entusiasmados, eram jovens oficiais do Exército. Tentaram derrubar à força o presidente Artur Bernardes, mas não conseguiram”. Por compactuar com as idéias tenentistas é que Prestes foi afastado da capital e foi destinado à região missioneira para a promoção da construção da via férrea nessa localidade distante dos grandes centros. A chegada do transporte ferroviário nas missões promoveu a expansão e o desenvolvimento das cidades e da economia da época, trazendo também, através de seu construtor, idéias revolucionárias de mudança política e social para o país .

Foi durante os anos em que passou nessa região que Prestes planejou uma revolta armada contra o presidente Artur Bernardes e seu poder repressor, bem como a política de domínio oligárquico que tomava conta do Brasil. Acredita-se que a marcha da chamada Coluna Prestes tenha partido de Santo Ângelo em 1924, porém a cidade de São Luis Gonzaga protesta dizendo-se ponto inicial da marcha. A Coluna Prestes era formada por mais de 1500 homens armados que percorreram quase todo o país além do Paraguai e Bolívia, lutando contra as forças militares do governo com a finalidade de promover um levante popular contra o Presidente da República. A Coluna Prestes foi a maior marcha guerrilheira de toda a história da humanidade, pois

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

percorreu invicta cerca de 24.000 quilômetros. A Coluna não conseguiu promover o levante junto à população, mas através desses milhares de quilômetros percorridos, Luis Carlos Prestes pode observar as extremas condições de pobreza e de injustiças que existiam no interior do Brasil, o que o transformou mais tarde em um dos maiores líderes comunistas do país.

Ainda no que se refere à história política do Brasil, a cidade missioneira de São Borja desponta por ser a cidade natal de grandes líderes políticos. Atualmente a cidade é reconhecida nacionalmente como a cidade dos presidentes, pois foi nessa localidade que Getúlio Vargas e João Goulart, dois ex-presidentes brasileiros, que marcaram época na história do país, nasceram e começaram suas carreiras políticas. Getúlio Vargas foi o ditador e depois presidente que mais tempo ficou na Presidência da República, promoveu profundas mudanças nas leis trabalhistas e preferiu o suicidar-se a ter que renunciar à Presidência. João Goulart foi o presidente deposto pelos militares quando do golpe ditatorial brasileiro em 1964. Ambas figuras marcam época na história política nacional, e em São Borja encontra-se um mausoléu com os restos mortais de Getúlio Vargas e sua carta-testamento na praça central da cidade.

6. A EVOLUÇÃO MUNICIPAL DA REGIÃO DAS MISSÕES

Os municípios que compõe a região das missões na atualidade possuem peculiaridades não só dentro da sua formação cultural, mas também na área da formação territorial e administrativa. Compondo a região das missões há municípios mais antigos que abrangiam grandes territórios de terras, remanescentes das reduções jesuíticas, e municípios mais recentes, resultado do desmembramento destas unidades administrativas maiores. No caso da região missioneira do Brasil, no atual estado do Rio Grande do Sul, as unidades bases dessa formação foram respectivamente São Borja, Santo

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira
Ângelo e São Luiz Gonzaga que ainda hoje representam as cidades-pólo da região.

Após a destruição dos Sete Povos das Missões, que foram os primeiros núcleos de povoamento do Rio Grande do Sul, em 1801, apenas em 1809 são instituídos os primeiros municípios dessa província brasileira. As quatro primeiras municipalidades foram Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo, o qual abrangia a maior extensão de terras incluindo todo o território missioneiro. Apenas em 1833 acontece a emancipação do município de São Borja que abrangia os núcleos de povoação da região que se localizavam à oeste. Os demais núcleos incluindo Santo Ângelo passaram a pertencer ao novo município de Cruz Alta, também criado em 1834.

Em 1873, Santo Ângelo conquista a emancipação e, em 1880, São Luiz Gonzaga desmembra-se de Santo Ângelo. Assim, no final do século XIX, estavam formados os três municípios que englobavam todo o território missioneiro. A partir de então, atravessando o século XX até os últimos anos da década de 1990 seguiram-se as diversas emancipações que transformaram territorial, política e economicamente a região das missões no que ela é hoje.

A evolução e a respectiva formação da atual municipalidade da região das missões seguiu a seguinte ordem:

- Desmembraram-se de Santo Ângelo: Giruá (1955), Entre-Ijuís, São Miguel das Missões e Eugênio de Castro (1988), Vitória das Missões (1992)
- Desmembraram-se de São Luiz Gonzaga: Cerro Largo (1954), Guarani das Missões (1955), São Nicolau, Caibaté e Bossoroca (1965), Dezesseis de novembro (1988), Rolador (1996).
- Desmembraram-se de São Borja: Santo Antônio das Missões (1965), Itacurubi (1988), Garruchos (1992);
- Desmembraram-se de Cerro Largo: Roque Gonzales e São Paulo das Missões (1965), Porto Xavier (1966), Salvador das Missões e São Pedro

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

do Butiá (1992);

- Pirapó emancipou-se de São Nicolau em 1987;
- Sete de Setembro emancipou-se de Giruá e Guarani das Missões em 1995.
- Ubiretama emancipou-se de Giruá e Campina das Missões em 1995.
- Mato Queimado emancipou-se de Caibaté em 1996.

Esse processo de emancipação ainda muito recente na região é explicado pela Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, através da publicação *Evolução Municipal – Rio Grande do Sul 1809-1996* (2001: 05), principalmente pela necessidade de que a administração central consiga chegar até cada cidadão, para o bem geral de todos.

Esta mesma percepção é corroborada pelo Prof. Dr. Luis Roque Klering, UFRGS, em entrevista concedida à acadêmica Lilian Piraine Laranja (estudante de jornalismo -UFRGS), em 2002, a qual, devido os elementos esclarecedores que contém acerca do processo de emancipações que aconteceu em diversas localidades da região, com o desmembramento de municípios antigos e o conseqüente re-arranjo territorial, explica em grande parte o desejo de comunidades pequenas buscarem, via descentralização territorial, a solução para a estagnação econômico-social local:

“Emancipações de Localidades

O Prof. Luis Roque Klering, Doutor em Administração pela USP, leciona nos cursos de graduação e pós-graduação da Escola de Administração da UFRGS, coordena atualmente os núcleos do NUTEP (de Estudos e Tecnologias em Gestão Pública) e do NAVi (de Aprendizagem Virtual), é pesquisador do CNPq (Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), foi coordenador do mestrado em Administração Pública de 1995 a 2000, e há mais de 10 anos atua junto a Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Legislativa do RS como defensor das emancipações. Em entrevista exclusiva, ele fala sobre os benefícios e desvantagens das emancipações, faz uma análise da situação atual dos novos municípios do Rio Grande do Sul e comenta sobre a nova legislação para emancipações.

O número de municípios no Rio Grande do Sul quase dobrou nos últimos anos. Como o Sr. avalia esse fenômeno para a economia do Estado?

Eu acho que foi bastante positivo. Nós tínhamos, em 1982, somente 232 municípios e se emanciparam 12. Em 1988, mais 89; em 1992, mais 94; em 1996, mais 40; e outros 30 foram criados, mas não puderam instalar-se em 1997, em função de um veto do governador da época; todavia, conseguiram se instalar no início de 2001. Desta forma, o Estado passou de 232 municípios para 497, ou seja, mais do que duplicou seu número de municípios e isso deu uma dinâmica maior, porque muitos passaram a ser exemplos nas suas regiões e os próprios municípios de origem tiveram que acompanhar esse novo ritmo de desenvolvimento. Muitas inovações ocorreram, como também melhorias nas administrações; criaram-se novos modelos, novas maneiras mais efetivas de atuação. Não se tem como obter uma resposta direta, sobre qual foi o percentual de aumento do PIB do Estado com as emancipações, mas a gente pode estimar que, provavelmente entre 7 a 10% a mais o Estado desenvolveu-se nesse período especificamente em função das emancipações. Eu gostaria de lembrar que os municípios novos pequenos não têm um peso tão grande na economia do Estado, em termos de PIB eles não representam tanto. De qualquer forma, eles deram uma melhoria na economia, em função dessa dinamicidade, dessa desenvoltura, dessa criatividade que tiveram e que fez com que o Estado melhorasse sua administração, tornando-a, em muitas situações, mais responsável.

Os municípios não representam mais gastos públicos para o Estado?

De modo geral, eles têm uma receita e têm que viver dessa receita. Como são novos e geralmente têm a percepção de que essa administração deve ser mais eficaz, com menos práticas erradas e viciadas e visão positiva. Muitos desses

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

prefeitos são formados em direito, engenharia, medicina, odontologia etc., com vivências em municípios maiores. Quando voltam para os municípios de origem, onde nasceram, menores e mais limitados, eles levam exemplos e práticas bastante positivas. Eles conseguem motivar, estimular toda população para que cuide melhor da infraestrutura, das escolas, dos prédios, das ruas, do lixo, do saneamento. As pessoas acabam trabalhando de forma voluntária, porque elas têm uma percepção mais direta do que é o seu município. Em uma cidade de 3 mil habitantes, a relação do cidadão com o município é bem mais próxima. Por isso eles acabam juntando esforços para que a administração seja mais efetiva. Também a relação com os vereadores é bem mais próxima. O prefeito e a administração pública sabem que não podem cobrar salários impraticáveis, então os vereadores muitas vezes trabalham quase que simbolicamente por valores muito pequenos e que não comprometem a folha de pagamento. Nos municípios novos, as despesas com a folha de pagamento tende a ser menor do que nos mais antigos. Muitos municípios novos não gastam 30% da sua receita em folha de pagamento e um percentual geralmente bem maior fica para investimentos.

O senhor falou que eles conseguem suprir os gastos com as receitas que eles geram no próprio município...

De fato, não é que eles gerem essa receita no próprio município. Eles têm receitas próprias, tem transferências do Estado e transferências da União. De modo geral, municípios pequenos dependem mais de transferências da União, que chegam a representar entre 40 e 60% do total das suas receitas. A principal transferência da União é o FPM, Fundo de Participação dos Municípios, que é tanto mais representativo por habitante, quanto menos populoso um município for. Se a receita de um município novo e pequeno é de 150 mil reais por mês, o FPM tende a representar cerca de R\$ 60 a 70 mil por mês. Geralmente são municípios mais rurais, que não tem percentual de pessoas tão expressivo trabalhando como profissionais liberais, não tem bancos, não tem serviços, não tem uma estrutura urbana tão organizada, então

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

eles têm uma receita própria bem menor, geralmente inferior a 15% do total. Tem também uma transferência do Estado. Como a economia deles é muito frágil, eles começam de forma bastante humildes, mas tendem a crescer com o tempo. Essa fatia de transferência do Estado que vem em função do ICMS tende a crescer, de tal maneira que em alguns municípios ela se multiplica. Nós temos municípios como Tupandí, ao lado de Bom Princípio, que aumentou em cerca de 10 vezes seu PIB nos últimos dez anos. Isso é uma contribuição muito positiva de município novo. Claro, nem todos tem tido esse desempenho, mas vários tem tido desempenhos muito favoráveis. Com o tempo, a contribuição deles para o Estado passa a ser muito expressiva. No caso do ICMS, de cada 100 reais arrecadados, o Estado fica com 75 e distribui de volta para os municípios apenas 25. Quando o município é bem sucedido, ele acaba contribuindo de forma bastante forte para o Estado.

A que o senhor atribui o sucesso desses municípios?

Os municípios podem crescer em função de vários fatores: do crescimento de empresas, riquezas naturais, da administração pública, de sorte, como também de líderes sociais, empresariais ou individuais. Geralmente esse efeito de crescimento maior vem principalmente da figura de um líder, representado pelo prefeito. No município pequeno ele tem um papel essencial para que o município cresça mais nas primeiras gestões, porque é ele que vai organizar a infraestrutura inicial, a forma, o desenho do município, de quanto vai gastar em cada área, em termos de investimentos, em termos de saúde, educação. Isso deve ser bem dimensionado, de maneira que esse investimento retorne vantagens no futuro, numa forma exponencial. Alguns têm conseguido organizar, preparar e posicionar seus municípios de forma excepcional. Podemos citar vários, mas um dos exemplos foi Tupandí, que direcionou seu enfoque para a agricultura. O município apoiou bastante os agricultores. O prefeito estabeleceu uma parceria com a empresa, que se chamava Frangosul (que atualmente denomina-se Doux), para apoiar e garantir a compra da produção de frangos dos colonos; numa atuação conjunta com a prefeitura,

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

realizou-se um esforço de profissionalização do trabalho de produção dos colonos, que passaram a produzir muito mais. As regras e critérios de apoio foram estabelecidos num programa de incentivo à agricultura denominado FUNDAT, que obteve vários prêmios e distinções, regionais e nacionais. O aumento da produção refletiu-se em outros setores econômicos, como o de comércio e serviços. E o PIB evoluiu expressivamente. Logo em seguida, para diversificar e fortificar a matriz de produção do município, o governo municipal foi buscar empresas do ramo de móveis e de mecânica. Com isso, a economia do município ficou bem maior, e isso não teria ocorrido sem a emancipação do distrito. O aumento do PIB e das receitas refletiu-se em seguida na melhoria da infraestrutura urbana e rural. Praticamente toda malha urbana está asfaltada, as escolas foram melhoradas, os alunos tem acesso à informática, os professores estão melhor preparados e estimulados. Na parte da saúde, o a administração municipal conseguiu disponibilizar a assistência de psicólogos, médicos, dentistas e de outros profissionais; as crianças não teriam acesso a tais serviços, não tivesse a administração tanta autonomia e proximidade com a população demandante.. Os idosos tem tido uma assistência bem mais efetiva com agentes e programas de saúde voltados para eles; e foram estabelecidas parcerias com hospitais, para melhor atendimento da população em geral. Tudo isso depende de uma adequada visão e atuação da administração municipal, liderada pelo prefeito. Se ele não for um líder, não for alguém aberto, alguém pragmático, dinâmico, então isso não ocorre.

Existem municípios novos com desempenho econômico negativo?

Existem situações em que municípios novos não têm tido desempenho favorável. Não são muitos, podemos estimar que sejam cerca de 10 a 15%. Os problemas vêm de algumas fontes. Geralmente de prefeitos com uma visão egoísta, centralizada, separando a administração da população e quando a câmara de vereadores faz leis para si, mais para as elites do que propriamente para as populações, quando há menos investimento, quando se gasta demais, e quando não há proporcionalidade adequada dos gastos para as várias áreas

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

que precisam ter acesso aos recursos. Uma visão administrativa errada faz com que alguns municípios erros antigos sejam repetidos; dentre os principais erros, está o de pagar demasiadamente para a máquina pública. Por exemplo, alguns municípios novos começaram a pagar salários superiores a 10 mil reais para prefeitos, no início dos seus mandatos, e mais de 3 mil reais para vereadores. Desta forma, começa a sobrar muito pouco para investimentos, que se reflete em seguida em desempenho econômico menor; disso resulta que a população não irá auferir benefícios que teria fosse a administração mais voltada para a população.

Os municípios novos estão conseguindo lidar bem com a Lei de Responsabilidade Fiscal?

Por incrível que pareça, sim. Com a pequena máquina pública, que geralmente contém entre 40 e 50 funcionários, prefeitos, secretários de fazenda, secretários de administração, educação e outros, (geralmente com formação superior), tem tido acesso a informações, buscado esclarecimentos e atuado de forma correta. Muitas vezes, eles acabam sendo mais ágeis e mais preocupados com a legislação vigente do que municípios mais antigos, às vezes envolvidos em vícios e práticas atrasadas, conservadoras. O município novo está mais livre para inovar, para criar, para buscar e atender a legislação.

O número de 113 municípios que querem se emancipar seria viável para o Estado?

O Estado tem hoje 497 municípios. O Brasil tem em torno de 5700 municípios. Se considerarmos o cenário brasileiro, o Rio Grande do Sul contém agora um número razoável ou médio de municípios. Minas Gerais tem cerca de 900 municípios, São Paulo tem quase 700. Em certa época, a mídia referia que éramos irresponsáveis na Assembléia, por incentivarmos uma criação desvairada de municípios novos. Na verdade, o Estado tem uma cultura centralizadora e estava defasado na quantidade de municípios, nós apenas conseguimos fazer equiparar com a média nacional. Se olharmos outros

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

países, vamos ver que estamos bastantes defasados. Nós podíamos ser mais abertos e mais flexíveis, e criar mais municípios ainda. A França tem cerca de 30 mil municípios, Itália e Alemanha têm cerca de 16 mil, e Estados Unidos mais de 50 mil. Por incrível que possa parecer, os municípios menores é que tendem a ser os mais dinâmicos e mais. Desta forma, sob o aspecto quantitativo e científico, se teria que recomendar emancipar municípios menores do que o patamar sugerido pela última legislação atual estadual. Mas também não devemos exagerar; culturalmente, a população e os políticos não iriam aceitar que se criasse muitos municípios pequenos. A legislação prevê hoje que se tenha 1800 eleitores, que perfaz mais ou menos uma população de 3000 habitantes. Os 113 novos fariam com que o número de municípios no Estado chegasse a 600, o que para muitos seria um horror, mas entre esses 113, existem muitos com boas condições; aumentar o número de municípios de 497 para 597 seria bastante razoável e positivo para a economia e o desenvolvimento do Estado do RS.

O senhor apóia as emancipações?

De fato, sempre apoiei porque sou originário do Vale do Caí, que constitui área bastante fragmentada, mas também bastante progressista. Acharia muito benéfico, que o Estado deixasse liberdade para muitos dos 113 demandantes se desenvolverem. Vários deles precisariam ser municípios. Em Quintão, por exemplo, para chegar até a sede em Palmares do Sul, é conveniente atravessar outro município, no caso Pinhal, e viajar 40 km para chegar à sede, e ali poder realizar serviços essenciais de um cidadão. Isso não é razoável. Quintão tem uma população fixa bastante superior ao mínimo exigido pela legislação estadual anterior, e deveria ter chance de se tornar município. Mas isso também depende da cultura. Populações portuguesas geralmente têm demorado mais para se tornarem independentes, respeitam e se submetem mais facilmente às idéias centralizadoras das respectivas sedes municipais. Outras áreas com populações alemãs e italianas, principalmente, tendem a ser mais rebeldes, e até incentivam entre eles a formação de novos municípios.

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira Como está a previsão para esses municípios?

De fato há uma batalha, como ocorreram avalanches de emancipações na década de 90 em todo o Brasil, isso preocupou tanto o governo quanto lideranças específicas, que acharam estar perdendo prestígio para novos líderes. Em função dessa pressão, o governo editou uma medida, a Emenda Constitucional número 15, que transferiu o poder de criar municípios para a União. Esse poder tinha sido transferido para os Estados, na década de 80. Essa emenda estipula que a população das áreas emancipandas deva ter cerca de 15 mil habitantes, que tenha uma produção de riquezas equivalente a 0,6% do Estado, e outras exigências absurdas, que nenhuma área interessada em se emancipar poderá atender. Nesta semana, estarão em Manaus líderes de Assembléias Legislativas de todo país, tentando criar uma lei nova em substituição à Emenda 15 que, ou devolva aos Estados a prerrogativa de legislar sobre emancipações, ou abrandem expressivamente as exigências para novamente viabilizar emancipações municipais.

Esse processo sofre influência ideológica e partidária?

Por incrível que pareça., não. Existem adeptos tanto em partidos de direita como de esquerda. Geralmente as Assembléias são mais favoráveis do que o Governo Federal. Por outro lado, geralmente as restrições vem da grande mídia e dos governos estaduais, principalmente o poder Executivo e do Judiciário. O governo Olívio Dutra é muito ligado a municípios, então ele pelo menos não se postou de forma contrária às mesmas.

As eleições podem afetar esse processo?

Os deputados sempre são sensíveis ao clamor das ruas, por isso acabam sendo favoráveis às emancipações. Quanto mais perto estiverem eleições, mais apoio tende a haver, para que as emancipações ocorram.

O Governo Estadual tem como influenciar no processo?

O Governo do Estado tinha um poder muito maior. Ocorreram injustiças com áreas que poderiam ter se emancipado e não foram em função de pressões do

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Executivo, e outras que não tinham tantas condições, mas que em função do poder executivo conseguiram se emancipar. O governo Estadual é um ator importante nesse processo.

Existe alguma pesquisa feita com a população dos municípios novos para saber como eles viram essa mudança?

Existem vários trabalhos, inclusive dissertações na área da Administração Pública. De modo geral, se a população tem uma dúvida antes da criação do município, dificilmente ela a mantém depois. Via-de-regra, quase toda população continua a apoiar a emancipação, e muito poucos querem voltar atrás. Se o município quisesse voltar atrás, a porta está sempre aberta. Ele pode voltar a ser distrito do município de origem. Mas todos sempre pretendem manter o status alcançado. Depois que se conseguiu uma identidade própria, a área não quer voltar à situação de dependência anterior.

Existe algum processo que faça que o município que não der certo volte a ser distrito?

Na história do RS, já ocorreu. São Martinho da Serra, por exemplo, uma vez foi município há muitos anos, e teve cassado esse status; depois, bem mais recentemente, se tornou município de novo. Agora existe uma pendência desse tipo com o município de Pinto Bandeira, movida pelo governo do seu município de origem, Bento Gonçalves. Todavia, da mesma forma como se diz no futebol, depois a faixa foi colocada no peito, dificilmente alguém poderá tira-la, passa a constituir uma espécie de direito adquirido, e é muito ruim para toda sociedade voltar atrás.

Como é que os municípios novos estão se organizando para prover à população saúde, segurança, educação com qualidade?

Muitos indicadores (como da UNESCO), mostram casos bem sucedidos de municípios novos, como de Alto Feliz, que entre 5700 municípios do Brasil é o 16º que melhor cuida de suas crianças. Se analisarmos taxas de analfabetismo, geralmente os melhores índices se encontram em municípios

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

pequenos, onde a atenção para a educação, para a saúde, para a cultura e as várias áreas de desenvolvimento humano tem sido melhores, porque a administração está mais perto, os profissionais conhecem melhor os problemas; desta forma, é possível usar melhor recursos e ter uma infraestrutura mais direcionada para o atendimento efetivo da população. É interessante observar que, dentre os segmentos mais beneficiados com as emancipações, estão as crianças e os idosos. Geralmente são mais excluídos em municípios tradicionais, do que em novos. Isso indica que o nível de desenvolvimento social está sendo melhorado, porque são pessoas que passam a estar mais incluídas nos processos sociais. Essa melhoria se reflete objetivamente em êxodo menor (conforme indicações do censo do IBGE recentemente aplicado), tanto de populações rurais e mais simples, quanto de populações urbanas e mais jovens. Está ocorrendo um retorno da população para municípios do interior, por que as condições estão sendo melhoradas. Há programas municipais que apóiam objetivamente essa mudança, como no município de Pareci Novo, em que a prefeitura paga parte de cursos superiores aos seus jovens, desde que eles atuem algumas horas por semana em tarefas do município, e façam um curso de interesse do município. Esta iniciativa municipal permite que jovens cursem seus cursos, possam atuar ali mesmo e continuem, depois, a morar no próprio município.

Quais são os argumentos das pessoas que são contra as emancipações?

Geralmente, os argumentos são bastante esdrúxulos. Não há argumentos convincentes, se fala em gastos, em emancipações desvairadas, mas não há razões científicas e objetivas, comprovadas. Se tivesse algum argumento contrário convincente, é claro que ele seria muito utilizado. Não há estudos científicos dizendo que emancipar é ruim para o desenvolvimento. De modo geral, os argumentos são favoráveis às emancipações. E os resultados estão presentes em muitos municípios novos; por onde se anda, é possível comprovar, mesmo a olhos vistos, que os resultados têm sido altamente positivos, que a qualidade de vida das populações atingidas melhorou, que a

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

produção de riquezas da região e do Estado melhorou. Se o objetivo de uma sociedade é buscar melhores dias, com mais qualidade de vida, então o que se fez foi altamente meritório e positivo. Todos os dados indicam que as emancipações contribuíram fortemente para o nível de qualidade de vida que o Estado do RS ostenta, e do qual tanto se orgulha” (<<<http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/entrevista.htm>>>, acesso em 24/01/2007).

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

II - HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DAS MISSÕES

Introdução

Após o fim das Reduções Jesuíticas, apesar da existência ainda de pequeno contingente de indígenas, que aos poucos vai sendo expulso para áreas limítrofes do Brasil, chegando inclusive a passar para o outro lado do Rio Uruguai, ou forçosamente levados para a Aldeia Nossa Senhora dos Anjos, atual Gravataí, hoje cidade da Grande Porto Alegre, para servir de mão de obra especializada, ou, no século XIX, aldeados, para abrir espaços para a colonização, ou ainda assimilados como peões de estâncias, o antigo território missioneiro vai sendo ocupado gradativamente, inicialmente por lusos e açorianos, posteriormente por alemães, italianos e poloneses.

1. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE BOSSOROCA

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

De 1626 a 1707, período de Fundação das Reduções Jesuíticas, Missões Orientais do Uruguai, o território Missioneiro era habitado pelos índios predominando os Guaranis. Todo esse território estava sob domínio Espanhol.

Até 1801, o território Missioneiro era chamado de Estância de Santo Tomé, depois de Borges que Castro apossou-se das Missões, entregando-as ao Governo Português, a redução de São Borja passou a fazer parte da Comarca de Rio Pardo, e no ano de 1801, o território compreendido entre os rios Icamaguã, Piratini e Uruguai, onde localiza-se Bossoroca, passou a chamar-se Rincão Icamaguã. Em 25 de maio de 1810, deu-se a independência das províncias. Bossoroca continua a pertencer à São Borja, mas em 15 de fevereiro de 1811 foi criada a vara Eclesiástica de São Luiz Gonzaga pelo chefe católico D. José Caetano da Silva Coutinho, ficando as demais Missões subordinadas a São Luiz. Em 03 de março de 1816, todo o Território Missioneiro foi dividido em sete freguesias (sete povos). As concessões de terras efetuadas pelo Governo Português, aconteceram entre 1800 e 1830.

A 13 de outubro de 1817 foi criada a Vila de São Luiz Gonzaga, por Alvará, como Sede de Distrito, mas com Comarca em São Borja. Em 21 de maio de 1834, São Borja é elevada à categoria de Vila e Bossoroca passa a ser o 4º distrito.

Bossoroca, além da denominação de 4º distrito de São Borja, foi conhecido também por Igrejinha, Capão da União, Vila dos Cata-Ventos, e Vila Boçoroca que se originou em 30ha de terras que foram doadas a Prefeitura de São Luiz Gonzaga pela Senhora Paulina Alves Pereira, em 1938, quando então, através do decreto nº 1 de 19 de janeiro de 1938, foi criado, dentro da extensão dos 30ha, o 3º Distrito denominado Igrejinha.

A seguir procedeu-se o loteamento da vila, surgindo então as primeiras casas, comércio, ruas e praça. Segundo a história dos tropeiros e carreteiros da época, quando em andança para estes lados, pernoitavam nos arredores da Igrejinha, que ficava próxima à estrada geral, onde tinha boa sombra, água límpida e farta, cuja nascente era dentro de uma enorme barroca, a que os

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Índios Guaranis chamavam conforme o vocabulário Guarani de lby-soroc, onde lby significa terra; e soroc, fenda profunda, de onde se originou o nome Boçoroca e posteriormente Bossoroca. A partir de 1900 esta denominação foi bastante difundida e aceita pelos moradores do local, sendo usada pela primeira vez em um documento oficial no dia 01 de julho de 1914.

Visando desenvolver o local, na década de 1960 formou-se uma comissão emancipacionista. Em 1965 ocorreu a emancipação, entretanto sua instalação foi consolidada em 04 de março de 1967.

2. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE CAIBATÉ

Após o fim das Reduções Jesuíticas, o território pertencente hoje ao município de Caibaté, posteriormente à tomada de posse dos portugueses, sofreu intenso processo de (re)ocupação territorial

O atual município de Caibaté era, no século XIX, conhecido por Colônia Rondinha. Mais tarde passou a ser chamado de Santa Lúcia. Sabe-se que na década de 1890, praticamente toda a zona colonial pertencia a Joaquim Gomes Pinheiro Machado. A zona de campo pertencia a Manoel José da Silva, Elizário José da Silva, Firmino da Silva Torres, Avelino Gonçalves dos Santos, José de Souza Batista, João Antunes Ribas, Manoel Victorino de Mattos, Manoel Ramos da Silva, Vicente de Souza Batista, Francisco Pereira de Brum, Alfredo da Silva Machado, Horácio Pinheiro de Menezes, José da Silva, dentre outros, descendentes, no entanto, de luso-brasileiros, localizados no Sul da localidade.

Em 1919, os herdeiros de Joaquim Gomes Pinheiro Machado venderam suas partes herdadas para colonizadores que as dividiram em lotes coloniais de 20 a 30 hectares. Muitos colonos, descendentes de alemães, vieram de Serro Azul, outros das chamadas Colônias Velhas. A região das colônias foi ocupada inicialmente por José Guilherme Seffrin, Adão Schneider, Raimundo Schmidt, Conrado Lenke, Jacob Seffrin, Júlio Friedrich, dentre outros. Na parte das colônias criaram-se dois núcleos urbanos, Santa Lúcia e Mato Queimado.

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

O monsenhor Estanislau Wolski, vigário de São Luiz Gonzaga, reza a primeira missa em Santa Lúcia, como forma de ocupação territorial definitiva. Em 1923 é construída, pelos colonos, a primeira capela no povoado. Em 1924 é instalada, nos moldes das demais colônias alemãs, a Escola Paroquial. O espaço da colônia suplanta economicamente o de campo.

Em 31 de dezembro de 1926, o Intendente de São Luiz Gonzaga, Virgílio Martins Coimbra assina a criação do 8º Distrito com sede em Santa Lúcia, porém com o nome de Colônia Rondinha, instalado em 1927. Em 1936 foi criada a Paróquia de Santa Lúcia. Em 1937 inicia a construção da igreja matriz. No mesmo ano cria-se o Grupo Escolar José Adolfo Meister e a Sociedade Hospitalar Roque Gonzáles. Em 1944, para evitar duplicidade de nomes de localidades, procede-se uma reforma geral dos nomes dos logradouros brasileiros. Santa Lúcia passa então a denominar-se Caibaté (corruptela de Caiboaté, originada de *Coh-igua-té*, que significa mato alto de muitos frutos. A emancipação de Caibaté aconteceu em 1965, com a instalação em 15 de maio de 1966.

3. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE CERRO LARGO

A reocupação territorial das Missões, principalmente o espaço colonial (expressão que usamos para diferenciar do espaço de campo) não pode ser entendida sem um aprofundamento da História de Cerro Largo, município sede que abrangia o território dos atuais municípios de Roque Gonzales, Porto Xavier e São Paulo das Missões. Por este motivo, daremos destaque, a seguir, ao histórico elaborado especialmente para este inventário por Rafael Rodrigo Wolfart Treib, historiador daquele município. O texto completo encontra-se na Biblioteca do Centro de Cultura da URI/Santo Ângelo, e consta nas referências bibliográficas no final da parte da História.

“Serro Azul (1902-1927) Início e evolução de uma colônia alemã no Rio

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira Grande do Sul

Serro Azul é atualmente conhecida como Cerro Largo, pois teve seu nome modificado após exigência do IBGE que, em 1942, exigiu que a cidade trocasse de nome para poder se emancipar. Localizada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Serro Azul foi uma colônia de descendência alemã, que teve através da Enxamagem seu povoamento e colonização. Enxamagem é o processo em que os filhos de colonos e até mesmo colonos das zonas mais antigas saíam em busca de terras nas novas regiões e, com isso, iam ocupando boa parte do Rio Grande do Sul, num típico processo de migrações internas.

O desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul está ligado à imigração tanto dos alemães quanto dos italianos. O processo de imigração alemã, ao qual nos referimos, ocorreu em duas correntes a partir de 1822: uma oficial e outra particular. A oficial tinha por objetivo povoar as terras consideradas devolutas e possuía uma política de povoamento. A outra iniciativa, a particular, era requisitada e realizada pelos grandes proprietários de terras ou então por empresas, como foi o caso de Serro Azul. Com o processo de imigração, várias outras etnias, além da alemã, principalmente vindas da Europa, instalaram-se no Estado. Porém, diferentemente do que acontecia nas colônias velhas, nas quais as terras eram distribuídas para os imigrantes na fração de lotes com cerca de 77 hectares, na região das novas colônias as divisões dos lotes foram de 25 a 30 hectares. Porém, não raro, havia famílias que adquiriam mais de um lote de terras.

A vinda dos imigrantes apresentou uma solução para a escassez de mão-de-obra escrava, e possibilitou que fossem introduzidas várias outras formas de culturas agrícolas, bem como formas de cultivo. Foi graças aos imigrantes que surgiu no Brasil o que hoje se considera como classe média burguesa. Entretanto, o fluxo de imigrantes teve momentos de êxtase, como quando chegavam levas de quase dois mil colonos por semana, e momentos nem tão bons assim, quando a leva não chegava a dois mil colonos no mês

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

inteiro. Por isso, no início da colonização até o fim do império, os colonos que chegavam ao Rio Grande do Sul eram vindos da Europa. Após este período, os colonos começaram a se deslocarem das colônias velhas para o interior do Estado, formando assim as colônias novas.

Vale ressaltar que o governo brasileiro incentivava o imigrante a vir para o Brasil, já que este tinha sua viagem, hospedagem, aquisição de terras pagas pelo governo, além de uma ajuda de custo durante o primeiro ano. No Estado, a imigração em massa de alemães começou em 1824. Contudo, já existiam imigrantes antes disto, mas estes vieram de forma espontânea, o que de certa forma era inviável economicamente, pois tiveram de pagar pelas suas terras. O objetivo da imigração promovida pelo governo, além de povoar as terras desabitadas, era de formar um comércio interno. De 1824 a 1939 foram criadas 142 colônias alemãs no Estado.

A partir de São Leopoldo, as colônias se espalharam pelas áreas mais próximas, atingindo zonas isoladas, geralmente na beira dos rios, justamente para facilitar o escoamento da produção. A partir de 1890 começaram a ser colonizadas as regiões do Alto Uruguai e das Missões, que foram fundadas através das associações de colonos com a ajuda do Estado.

A base das residências dos colonos era em estilo enxaimel, por causa da abundância de madeira de lei encontrada nas matas virgens e densas. Esta técnica consistia em usar tábuas na construção das casas. Logo no início, eram utilizados pregos de madeira, sendo as telhas também de madeira. Depois de algum tempo é que foi introduzido o uso de pregos de aço, telhas de barro ou folhas de zinco, sendo até mesmo a base da casa feita de tijolos.

Em 1900, foi concluída a ferrovia Santa Maria - Cruz Alta, e o governo pretendia ligar Tupanciretã a São Luiz Gonzaga, São Borja, Uruguaiana, Palmeira das Missões e, mais tarde, a Lagoa Vermelha e Caxias do Sul. O Sr. Horst Hoffmann, diretor da firma alemã Pró-ferrovia, recebeu trinta mil marcos para inspecionar e dirigir a construção da via férrea. Em 1901, Carlos Culmey desbravou as matas da colônia, deixando 30% das matas preservadas. Em

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

1902, os Srs. Wilhen Hansen, então presidente da Bauerverein, e Jorge Frantz conseguiram do governo estadual o deferimento do projeto de colonização de Serro Azul.

Serro Azul foi criada para abrigar o excedente de colonos das colônias velhas, conservando-os reunidos étnica e religiosamente. Em 1927, das 1260 famílias que se encontravam na colônia, 91 % eram católicos e 80% de origem alemã.

Como as velhas colônias estavam superpovoadas, restou então aos colonos ir em busca de novas terras em regiões distantes e desconhecidas no Estado. Dessa forma, em 1900, a recém fundada Associação de Colonos intitulada Bauerverein, com sede no município de São José do Hortêncio, interessou-se em colonizar uma área de terras na região noroeste, entre os rios Ijuí e Comandaí, que abrangia terras de propriedade da Nordwestbahn, uma companhia férrea alemã que havia adquirido as terras do governo do Estado. Pelo contrato, a empresa deveria construir uma ferrovia interligando Tupanciretã e São Luiz Gonzaga a Uruguaiana e, em troca teria o direito de vender lotes de terra dentro de uma faixa de 5 km ao longo da estrada. O projeto fracassou e, a partir de 1900 os diretores da Nordwestbahm e representantes do Bauerverein começaram a negociar e evoluíram para um contrato entre ambas as partes e o Governo do Estado. Pelo acordo o Bauerverein, comprometia-se a colonizar as terras em um prazo de 10 anos. Assim em 1902 o “Bauerverein” adquiriu duas áreas de terra da Nordwestbahn e comprometeu-se a colonizar a colônia Serro Azul, atual município de Cerro Largo e a colônia Boa Vista, atual município de Santo Cristo.

A maioria dos colonizadores era católica, como Jorge Frantz, de Santa Cruz do Sul, Mathias Finkler, de Heval, José Schassot, de Bom Princípio, João Konrad, de São José do Hortêncio, José Shardong, de Dois Irmãos, Antonio John e os italianos Pedro Carré e Pedro Selle, de Nova Petrópolis. Para acompanhar a viagem, a Bauerverein pediu ao superior dos jesuítas do Rio Grande do Sul que um religioso fosse junto. Um protestante também deveria ir

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

com os colonizadores, mas esteve impedido de viajar, o que explica a grande vitalidade ainda hoje do catolicismo em Cerro Largo. A viagem foi marcada para o dia quatro de maio de 1902, tendo como guia José Simch, filho do diretor da colônia. Às 19 horas, todos se encontraram em Porto Alegre, de onde partiram até a estação férrea de Tupanciretã.

Em maio de 1902, o Volksverein enviou uma comissão liderada pelo padre Maximiliano Kuno Maria Von Lassberg, juntamente com Horst Hoffmann, que era agrimensor destas terras, e Carlos Culmey, que era topógrafo. Acompanhando estes, foram os seguintes imigrantes: Mathias München, Felipe Guth, João Ten Caten, Karl Dahmer, Peter Martini, Jacob Müller, Peter Ludwig, Michel Schneider, Mathias Bard, Paulo Schmidt e João Hoffmann, com o objetivo de avaliar as terras e estudar a possibilidade de colonizar a área. No mesmo ano, após a análise do relatório da comissão, saiu o parecer favorável à colonização e, em quatro de outubro de 1902 foi oficialmente fundada a colônia Serro Azul.

A vinda dos imigrantes foi muito difícil, pois alguns vieram diretamente de São Leopoldo de carroças, a cavalo ou a pé. Logo no início foi construído um albergue, dividido em quartos onde todos moravam juntos, para poderem construir suas casas e poder levar suas mudanças para os lotes adquiridos. Cada um negociava suas terras, e os lotes às vezes eram financiados pela Bauerverein. Na venda dos lotes, surgiram as linhas, que eram pequenas comunidades do interior, como por exemplo as linhas Encantado, Santa Cruz, Santo Antônio, São José, Salvador, Caçador, Santa Catarina, Butiá Inferior, Luisenthal, Dona Otília, Rosário, Tremônia, Reserva, Antas, Olga, Isabela, Caraguatá, Saraiva, Arabela, Quinota, Cecília, Mila, Atolosa e Bom Jardim. Algumas destas linhas existem até hoje, outras foram juntadas, algumas se tornaram vilas, e outras conseguiram se emancipar.

Serro Azul se situava entre os rios Ijuí e Comandá, estando respectivamente entre 10 e 25 km entre os rios. As linhas foram criadas de dois em dois quilômetros, no sentido sul-norte. Foram criadas 12 linhas: a oeste

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

todas eram católicas, enquanto que a leste couberam apenas duas linhas que eram evangélicas. Depois nasceram outras linhas lateralmente às linhas antigas. Toda a gleba foi dividida em 150 lotes de 25 hectares, com 1 km de fundo por 250 m de frente. No início a colônia contava com apenas cinco ruas, nas quais se instalaram as empresas e oficinas. Cada linha foi dividida em lotes somando no total 1800 lotes.

Aos poucos vieram novos imigrantes para a colônia: dos doze imigrantes pioneiros que vieram com o padre Max, um morreu e outros três desistiram de permanecer aqui, restando somente oito imigrantes. As carruagens em que os fundadores vieram para Serro Azul foram cedidas pela Nord-West-Bahn e uma pela Bauerverein. Havia diversos animais selvagens pela região, como onças e pumas, além de cobras. Porém, o que mais assustava eram os mosquitos e os ratos. No começo tudo era difícil, pois as outras colônias eram distantes.

Em 1903 a primeira capela-escola foi construída. A religião sempre teve papel fundamental no desenvolvimento da colônia, pois a educação era basicamente fornecida pela comunidade religiosa, sendo os católicos e os protestantes ensinados separadamente nas suas comunidades. Até mesmo o cemitério era dividido.

A luz elétrica era fornecida por uma máquina a vapor e por alguns moinhos d'água. Em todas as ruas havia pontes e pontilhões, pois a colônia possuía terras baixas e a localização dos rios favorecia os alagamentos. O cartório era em Guarani das Missões, pois o cartório de Serro azul foi construído somente em 1915. A sustentação comercial da colônia foi baseada na Caixa Rural União Popular, que fazia empréstimos, sendo fundada em Serro Azul no ano de 1913.

A religiosidade tinha papel fundamental no desenvolvimento da colônia, já que a maioria das decisões era realizada pela comunidade católica. A maior demonstração disto foi a construção da Igreja Matriz, que começou em 1913 e terminou em 1921, utilizando mais de 300 famílias na construção, sendo que durante este período a colônia possuía em torno de 500 famílias. Serro Azul

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

também teve construído um seminário, um convento, duas escolas particulares de responsabilidade religiosa, chegando a ter, em 1927, vinte e cinco escolas, sendo destas vinte e três católicas e duas protestantes, possuindo assim mais escolas que São Luiz Gonzaga, que era o município sede.

A comunidade protestante foi fundada em 1915, com 11 sócios, sendo, em 1922, dividida. Os primeiros evangélicos chegaram em 1908, e possuíam três linhas para o seu estabelecimento, que somente em 1922 constituiu uma paróquia. Helmuth Smidt foi o primeiro pastor protestante da colônia.

Na parte relativa a educação, os alunos aprendiam português, alemão, retórica, latim, e, após alguns anos, passaram a aprender até francês. Serro Azul possuía os melhores professores da região, sendo este um dos fatores que levaram a formação de diversas lideranças na colônia. O primeiro professor foi Pedro Dewes, que lecionou entre 1902 e 1903 e era pago pela Bauerverein, sendo depois pago pela comunidade. Em relação à formação dos professores, havia um curso preparatório de formação de professores. As escolas também possuíam uma espécie de círculo de pais e mestres, onde os professores debatiam os problemas com os pais.

Em 1920, chegaram as Irmãs Filhas do Amor Divino, que construíram um convento inaugurado em 1927 e posteriormente fizeram uma escola para as meninas, ajudado também nos hospitais. Inicialmente as irmãs trabalhavam com 80 alunas. Depois de algum tempo este número subiu para 150, fazendo então as irmãs pedirem permissão ao bispo de Uruguaiana para abrir um noviciado provisório para obter mais irmãs para trabalhar.

O atendimento médico começou em 1903 com o Cel. Jorge Frantz, que trouxe os primeiros remédios para a colônia, bem como uma parteira. Entretanto, Jorge Frantz não era formado em medicina. Em 1913 chegou o Dr João Sebastiany, sendo ele o primeiro médico da colônia. Somente em 1925 a colônia teve seu primeiro hospital.

Serro Azul teve quatro diretores, que procuravam organizar a colônia e

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

projetavam o seu desenvolvimento. Jorge Frantz foi o primeiro diretor e trabalhou de 1903 a 1905; Helmuth Smidt foi o segundo diretor e trabalhou de 1906 a 1914, fazendo estradas e organizando os protestantes. Antônio Wenzel foi o terceiro diretor, sendo que sempre fora vice-diretor dos outros diretores. Miguel Dewes foi o último diretor, e renovou o contrato com a Bauerverein. Em 1915, Serro Azul foi elevada a 6º distrito de São Luiz Gonzaga, sendo governado então por subintendentes, sendo Major Antônio Theodoro Cardoso o primeiro subintendente, governando entre 1915 e 1917, 1919 e 1923 e 1924 a 1931, quando morreu em uma emboscada.

Em 1922, com a Coluna Prestes, a colônia, receosa de ataques, fundou uma Liga da Defesa para proteger-se em caso de ataques. As estradas mais perigosas foram guarnecidas, assim como as margens dos rios. Foi realizado um único combate em Pirapó. A Liga chegou a contar com quatro mil homens armados ao longo do rio Ijuí. Em 23 de dezembro de 1923, os revolucionários reivindicaram uma reunião onde pediram para atravessar o rio e comprar mantimentos na colônia. Porém, o pedido foi negado e os revolucionários se retiraram. Impediu-se assim o avanço dos aliados de Prestes.

Serro Azul tivera várias formas de lazer, entre elas clubes de tiro, jogos de carta. Todavia, o mais famoso foi o jogo de bolão, que é disputado até os dias de hoje.

Outro fato curioso que vale ressaltar é Serro Azul possuir um vilarejo chamado Esquina Sandri Moscon, que data de 1898 e foi fundada por italianos bem antes da própria fundação de Serro Azul. Nesta época, também existiam outros comércios estabelecidos, como do Sr. Roberto Frey, que era o comerciante de maior poder da colônia, estabelecido desde 1898 e possuía 4 filiais na própria colônia, além de uma refinaria de banha de porco.

Referências Bibliográficas

Berausgegeben von der Festkommission. *Festschrift zum 25 jaehrigen*

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Bestehen der Bauernverein – Kolonie Serro Azul. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1928.

Cerro Largo 100 anos . Estação Primavera, 9ª ed. Ano 3. Santa Rosa . Kunde Indústrias Gráficas Ltda. 2002.

Cerro Largo 100 anos. Folha Vip. 3ª ed. Ano 2. São Luiz Gonzaga. Gráfica A Notícia . 2002.

COSTA, Alfredo R. O Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Livraria do Globo. 1925.

DEWES, Miguel José. A História de Cerro Largo . Porto Alegre. Editora Alvorada. 1966.

DEWES, Miguel José. A História de Cerro Largo . Porto Alegre. Editora Alvorada. 1966.

FRANQUI, Luis Henrique. Folha da Produção. São Luiz Gonzaga. Gráfica A Notícia. Arquivo Pessoal. . 1973 – 2005.

ROCHE, Jean . A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Editora Globo. vol 1 e 2. 1969.”

4. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO

O município de Dezesseis de Novembro possui história recente. O povoamento que daria origem ao núcleo urbano do município data de 1936, a partir de quando imigrantes alemães e italianos fixam-se no local. Um importante relato da História do Município é dado pelo projeto desenvolvido pelo professor Luis Roque Klering, da UFRGS, Núcleo de Estudos e Tecnologias em Gestão Pública, que trabalha com os fundamentos históricos do sul do Brasil: históricos dos seus Estados componentes, dos seus municípios, biografias de personalidades históricas importantes, histórias de famílias da região. Assim , a parte que transcrevemos a seguir, na íntegra, é significativa, pois recolhe histórias de vida, tão importantes para o registro da história local. A referência para consulta encontra-se em <http://www.raizesdosul.com.br/mun118.htm>.

Em 1936, a família de Luiz Hengen veio para a região onde hoje localiza-se o novo Município de Dezesseis de Novembro, iniciando, assim, o primeiro núcleo populacional desse local. A família Hengen era originária de Tupanciretã. Com o passar

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

dos anos, foram chegando ao local novos moradores. Em 1942, instalou-se a família de João Paulo Ricachewski e, posteriormente, a de Severiano Monge, ambas originárias de Guarani das Missões. O Sr. João Paulo Ricachewski foi morar na esquina acima da praça, enquanto Severiano Monge foi morar no lado oeste da nova cidade. Nesta época também residiam nos arredores da sede do hoje Município de Dezesseis de Novembro, os Srs. Hugo Hoff e Daniel Schneider.

A origem do nome do novo Município teria, segundo a Comissão Emancipacionista de Dezesseis de Novembro, duas versões. Uma delas é que no dia 16 de novembro de 1942, o Sr. João Paulo Ricachewski derrubou a primeira árvore na sede do Município. Como o fato ocorreu na data referida, estabeleceu-se o nome da localidade como "Dezesseis de Novembro". Essa árvore tombada localizava-se onde hoje está a praça central desse Município. A outra versão é de que as famílias Behling, Preuss e Sauressing, se reuniram num ponto do mato onde hoje situa-se a Sub-Prefeitura, e inicialmente desmataram uma parte do local para fazer a primeira festa, quando foi decidido por um nome a localidade ou, como alguns afirmam, confirmar o nome já dado. Era dia 16 de novembro, e os Srs. Hugo Hoff e Daniel Schneider, juntamente com as demais pessoas presentes no local, decidiram denominar a região de "Dezesseis de Novembro".

Em 1945 veio para a região a família de Guilherme Behling, com seu filho Arnoldo, vindos de São Pedro do Sul. Também chegaram as famílias Sauressing e Preus, vindas de Maurício Cardoso, em 1946. Ainda neste ano, vieram as famílias Artur e Oscar Behling. Seguiram-se em 1947 as famílias Tambara e Schingel, vindas de Jaguari e, em 1948, as famílias Oliveira e Brondani vindas de Santa Maria.

A primeira casa de comércio foi de Paulo Knoll e, posteriormente, surgiu outra casa comercial, esta de propriedade de Eduardo Behling. O Sr. João Paulo Ricachewski foi quem abriu as primeiras ruas da sede do novo Município. Em 1959, foi criado o Distrito de Dezesseis de Novembro, e instalado em 1960. Nesta época era Prefeito de São Luiz Gonzaga o Sr. João Loureiro e o primeiro Sub-Prefeito foi o Sr. Luiz Virgílio Pillon” (<<<http://www.raizesdosul.com.br/mun118.htm>>> Acesso em 10/01/2007).

Visando buscar o desenvolvimento local, a população do Distrito criou uma comissão de emancipação. Em 20 de dezembro de 1987 realizou-se a consulta plebiscitária. Em 11 de abril de 1988, pela Lei Estadual nº 8.555, foi criado oficialmente o Município de Dezesseis de Novembro

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

5. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍ

Entre-Ijuís, assim como os novos municípios da região, tem sua história até um passado recente ligada à história dos municípios mais antigos, especialmente à história de Santo Ângelo, seu antigo município-sede. De qualquer forma, no entanto, há que considerar que a localidade de Entre-Ijuís possui peculiaridades que não são contempladas pela história regional.

O nome do município deve-se a localização geográfica da cidade: entre o Rio Ijuí ao norte e a leste e o Rio Ijuizinho a oeste.

A chegada de pessoas não indígenas em Entre-Ijuís deve ser buscada no período reducional. O atual território do município possui ainda hoje os remanescentes arquitetônicos da Redução de São João Batista. Em local ainda não totalmente identificado, foi sede da Redução San Angel Custódio, transferida para o local onde hoje se localiza a cidade de Santo Ângelo, em 1707. Naquele tempo, a localidade tinha importância como um local de passagem obrigatória para os missionários e indígenas que buscavam deslocar-se para São João Batista e outras reduções, pois detém, no Rio Ijuí, um local de passagem, o chamado “Passo do Ijuí”. Com as águas baixas é possível atravessar por ele com maior segurança. Inclusive foi muito utilizado posteriormente por tropeiros e carreteiros que utilizavam o local para fazerem o meio-dia ou pernoite, antes de seguirem até Santo Ângelo, onde realizavam comércio.

Após o fim das reduções jesuítico-guaranis, o governo manda habitar o local com algumas famílias de imigrantes alemães. O local começa a ter as primeiras moradias por volta de 1783. Com relação a este período, interessante é o relato que consta no projeto Raízes do Sul editado pelo professor Luis Roque Klering, identificado anteriormente, o qual transcrevemos na íntegra, devido a importância dos dados que possui:

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Em 22 de março de 1873, Santo Ângelo se desmembrava de Cruz Alta e o passo do Ijuí começa a ter as primeiras moradas. Quando o Governo Republicano delegou poderes à Delegacia de Terras e colonização em maio de 1890, era decisão colonizar a bacia do Rio Ijuí, sob a chefia do Eng. José Manuel da Siqueira Couto.

Em 18 de outubro de 1890 era fundada a colônia Ijuí - Grande que abrangia grande extensão de terras costeando a margem esquerda do rio Ijuí, onde mais tarde surgiria a cidade de Ijuí.

Seria em 1923 que dois novos fatos viriam agitar o pacato "passo". O primeiro foi a construção do primeiro comércio organizado pelo Sr. Ernesto Cardoso de Aguiar que muito aumentou o movimento de pessoas na sede. O segundo foi o "estouro" da revolução entre Maragatos e Chimangos. O passo do Ijuí era ponto estratégico e o Maragato "Juca Raimundo" então organizou 15 homens dispostos a não entregá-lo. Houve um grande combate onde foram vencedoras as forças do Governo.

Em 1948 era criado o Distrito de Entre-Ijuís pela Lei Municipal nº 3 de 26 de agosto desse ano.[...]

Em 1952 inaugurou-se a ponte de concreto, obra do Governo Estadual de Ernesto Dorneles e surgiria então um movimento de revolta contra o "Pedágio" que seria cobrado para quem usasse a ponte. O povo uniu-se e, numa manifestação que chegaria quase ao confronto armado, sendo as guaritas jogadas na água, o Governo recuou em sua decisão e 30 anos após a derrota dos Maragatos, no mesmo local, era o Governo derrotado pelo povo.

A partir de então, o progresso, vindo de todos os quadrantes e em todas as formas, chegaria a Entre-Ijuís, em uma evolução normal atingindo hoje condições e fachada de cidade. Em 20 de dezembro de 1987, Entre-Ijuís realizou seu plebiscito obtendo a maioria dos votos favoráveis à emancipação. Entre-Ijuís é hoje uma realidade. E reúne todas as condições de crescer independentemente e continuar a escrever e participar da história rio-grandense. (<<<http://www.raizesdosul.com.br>>>, acesso em 02/12/2006).

A emancipação política administrativa de Entre-Ijuís aconteceu em 13 de abril de 1988. Desmembrou-se de Santo Ângelo.

6. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE EUGÊNIO DE CASTRO

Na história recente de Eugênio de Castro conta-se que a ocupação do

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

local começou em 1924, com o estabelecimento de uma serraria por um imigrante italiano chamado José Dezordi. Como preponderava no local a mata virgem, em 1930, no local, foram abertas duas estradas, uma que ligava Santo Ângelo a Tupanciretã e outra que ligava a Ijuí, formando-se uma encruzilhada. Foi quando o comerciante Eugênio de Castro, proveniente de Ijuí, abriu um armazém no local, que passou a ser conhecido como Esquina Ijuzinho. Dentre as primeiras famílias que se estabeleceram na localidade tem-se: Salvador Marcondes Teixeira, Mariano Irineu Teixeira, Custódio Rodrigues, Amílrio Ribeiro, Vergílio Cardoso, João Pedro Ramos, Abrão Caré, Samuel Caré.

O restante da história é dado pelo relato que consta no projeto Raízes do Sul editado pelo professor Luis Roque Klering, já identificado anteriormente:

Em 1935 foi criada uma escola particular, com a cedência de um professor municipal, Teodorico Alves Teixeira, que lecionou durante 23 anos nesta localidade. No mesmo ano foi construída uma Igreja Católica. A comunidade ia crescendo, e, em 1942, foi fundada uma sociedade esportiva (Esporte Clube Avante). Em 1945 foi construído um salão de baile. Eugênio de Castro viria a falecer 13 anos depois, em 20 de janeiro de 1943.

Em 1956, foi decretado pelo Prefeito de Santo Ângelo, o 5º Distrito deste Município com o nome de Eugênio de Castro, em homenagem ao primeiro morador da localidade. No dia 9 de agosto de 1984, o senhor Eurides Teixeira de Castro promoveu uma reunião das lideranças do Distrito (50 anos), que seria em 1986. Daí surgiu a idéia da emancipação. De imediato formou-se uma comissão e, em seguida, a idéia foi aceita e apoiada pelo Prefeito Municipal de Santo Ângelo, Mauro Azevedo. Mobilizou-se toda a comunidade e formou-se uma comissão emancipacionista.

Iniciou-se o processo que foi aprovado pela Assembléia Legislativa. O Município ficaria assim constituído: Distrito de Eugênio de Castro, parte de Rincão dos Pires e Augusto Pestana.

Surgiu então, o primeiro problema. Augusto Pestana não podia ceder área, o que fez com que Eugênio de Castro abrisse mão desta. Foi designada a data de 20 de setembro de 1987 para se fazer o plebiscito.

Logo aparece outro problema de área em relação a

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Jóia. Foi solucionado. Surgiu, então, o problema de Rincão dos Pires, o que obrigou o adiamento do plebiscito. Foi feito um acordo: Rincão dos Pires iria fazer um plebiscito em separado para ver se ele se anexava ou não a Jóia. Este plebiscito realizou-se em abril de 1988. Eugênio de Castro realizou o seu plebiscito em 20 de dezembro de 1987, porém teve que aguardar o resultado do plebiscito de Rincão dos Pires para ver se esse pertenceria ou não ao novo Município.

Finalmente emancipa-se Eugênio de Castro, sem o Rincão dos Pires, que optou pela anexação ao Município de Jóia. Sua luta é um exemplo de persistência e perseverança de um povo que se empenha pela prosperidade de sua terra” (<<http://www.raizesdosul.com.br>> Acesso em 20/11/06).

7. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE GARRUCHOS

Dados sobre o início do povoamento do atual município de Garruchos são bastante escassos. O que se sabe, segundo a historiadora do município Dione Maria Ott Sulzbach, é que os primeiros moradores a chegarem ao local teriam sido dois irmãos da família Fabrício. Um deles teria se estabelecido no Brasil e o outro teria passado o Rio Uruguai e se estabelecido na Argentina. O nome da localidade derivaria da posse de uma arma, garrucha, que os irmãos usavam. Assim, do lado brasileiro o local foi denominado de Garruchos e do lado argentino de Garruchinho.

Outra versão acerca do primeiro povoamento de Garruchos dá conta que, no século XVII, quando os paulistas desciam até o Sul à caça de gado, teriam feito acampamento no local onde se localiza Garruchos. Por usarem garruchas, o local recebeu o nome de Garruchos. Outra versão existente sobre o primeiro povoamento apresenta a história de um soldado que teria adoecido no “garrucho”, um passo onde as águas são rasas, quando a Coluna Prestes preparava-se para atravessar o rio Uruguai. Como aquele soldado ficara no local, enquanto a tropa seguia seu caminho, na companhia de seu irmão, ambos fixaram-se no local, constituindo famílias e originando o povoado.

Importante relato histórico sobre os fatos acontecidos em Garruchos no período posterior próximo ao fim das reduções jesuíticas encontramos no

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Projeto Raízes do Sul, já identificado anteriormente:

Em 1809 o comando militar que governava São Borja mandou distribuir sesmarias entre os rios Piratinim e Icamaquã, afluentes do Rio Uruguai. Segundo o historiador São-Borjense, Claudio Oraindi Rodrigues, os Fagundes, os Pereira Silva, os Santos Robalo, os Nolasco, os Pentiado, os Moraes, os Lago, e outros, foram alguns dos privilegiados com uma sesmaria (1 légua quadrada, ou 13 mil hectares), e cujos descendentes até hoje são encontrados na região. Mais tarde, em 1883, vamos encontrar referências do Engenheiro e Agrimensor Maximiliano Beschorem em seu livro "Impressões de Viagens na Província do Rio Grande do Sul". Conta o viajante que os campos ao sul do Piratinim apresentam grandes diferenças em relação aos do norte. Desaparecem as barbas de bode e a macega para dar lugar a melhores pastagens, misturadas com o aromático capim-limão. Em Garruchos, o Engenheiro permaneceu por dois dias na casa do conterrâneo Fuchs, antes de voltar à Palmeira, pois a medição fora adiada. Em sua volta, escreve: "no dia 24 de maio fiz um passeio a cavalo ao Passo de Garruchos e notei vida animada em ambas as margens".

O vapor argentino havia chegado com maquinário para a grande usina de açúcar, no outro lado da ribeira. Excepcionalmente na ribeira brasileira também reinava bastante movimento: dois grandes lanchões chegaram de Uruguiana, com carga para algumas casas comerciais, e estavam sendo descarregados. Mas aqui não se via nenhum guindaste, nem carril. "Em outra passagem, conta que havia em Garruchos uma guarnição com 6 homens, comandada por um tenente". Na mesma época, andou por essas bandas o idealista Andresito Artigas. Esse São-Borjense, filho adotivo de D. José, de Artigas, pretendia fundar um país independente, reunindo a Província de Corrientes, o Rio Grande do Sul e as Missões Ocidentais. Certamente houve muitas escaramuças nessas terras, até que as tropas de Chagas Santos prendessem Andresito Artigas, em 24 de junho de 1919, no Passo São Lucas, no município de Garruchos (<<http://www.raizesdosul.com.br/>> acesso em 11/11/06).

Reconhecido como povoado em 18 de fevereiro de 1892, dois anos e três meses após a Proclamação da República, pela Câmara de Vereadores de São Borja, foi chamado de Santa Bárbara de Garruchos. As terras para o estabelecimento do povoado foram doadas por Manoel Batista da Silva e sua esposa.

Enquanto local de fronteira, Garruchos sempre manteve contatos com o

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

País vizinho. Em 7 de Setembro, por exemplo, foi inaugurado o clube que atualmente possui o nome de Clube Getúlio Vargas. Naquele local, aconteciam bailes animados principalmente por orquestras provindas da Argentina. Nestes bailes, somente as pessoas tidas como de sociedade, isto é, das famílias mais abastadas poderiam participar. Conta-se na cidade que os pais iam à frente para conferir quem estava no baile. Caso estivessem pessoas não reconhecidas socialmente, proibiam a participação às suas filhas.

Os contatos com a Argentina davam-se também no sentido comercial. Diversas pessoas da região residiam por algum tempo em Garruchos até fazerem fortuna com o contrabando. A saída de pessoas em direção a cidades maiores, para estudar, e a divisão das terras dos agropecuaristas fez com que em Garruchos, atualmente, poder aquisitivo das pessoas seja bastante pequeno. No entanto, novo fôlego econômico ao município acontece com a instalação da Conversora Garabi. Em 1998, a cidade recebeu um incremento de 700 homens, provindos em sua grande maioria do Sudeste do Brasil, operários que se dedicariam à construção da referida conversora.

Após a decadência das Missões e a conseqüente colonização lusa, no início do século XIX e, posterior a chegada de correntes imigratórias e migratórias, entre o final do século XIX e início do século XX, o atual Município de Garruchos teve seu repovoamento a partir de fevereiro de 1892 na localidade de Santa Bárbara de Garruchos povoado surgido a partir da doação de terras por parte da família de Manoel Batista da Silva. A denominação do município é bastante controversa, no entanto, a hipótese mais provável do nome Garruchos seria uma alusão à tribo indígena que originalmente habitava as terras do atual município, e que, conforme o antropólogo José Otávio Catafesto de Souza, seria uma parcialidade do grupo Guarani, habitantes da região. Existe uma outra hipótese baseada na alusão à garrucha (arma de fogo). No entanto esta não existia, na região, nesta época, existindo, porém, um instrumento de caça, constituído por uma lâmina em forma de meia-lua presa na ponta de uma vara de madeira, usada pelos índios Garrucho, para

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

desgarronar os animais.

8. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE GIRUÁ

Passo da Pedra, antigo nome de Giruá, pertencente aos Sete Povos das Missões, recebeu esse nome em homenagem à passagem que o rio de pedras dava aos visitantes.

Giruá esteve compreendido dentro do polígono das antigas Reduções Jesuíticas do RS. Em 1809, com a criação do município de Rio Pardo, abrangendo mais da metade do Estado, o território onde Giruá se situa passou a pertencer a Cachoeira do Sul e, em 1834, a Cruz Alta.

Com a emancipação política-administrativa de Santo Ângelo, em 1873, a região do Passo da Pedra, naquele momento praticamente desocupada, passa a fazer parte do novo município, como localidade do 6º Distrito de Santo Ângelo, com sede em 14 de Julho, atual cidade de Santa Rosa.

Aproximadamente no ano de 1895 iniciou a vinda de colonizadores imigrantes de várias origens (alemã, sueca, italiana, polonesa e russa). Devido à grande oferta de terras, esperavam por uma oportunidade de sucesso econômico e um futuro promissor para seus filhos. As famílias que vieram para Passo da Pedra vinham de carroças de lona puxadas por mula, onde traziam o indispensável para começar a nova vida (algumas cabeças de gado, suínos, galinhas...).

Os imigrantes, que vinham de outros locais, traziam objetos de seu país de origem, como máquina de costura, prensa, desnatadeira, que chegando aqui, trocavam por produtos e instrumentos agrícolas.

No início da colonização, a região era coberta de campos, barba de bode e mata virgem. Também havia abundantes palmeiras de frutos dourados, o butiazeiro. Atualmente o butiá é a fruta típica do município.

Em 1927, com aproximação do ramal da estrada de Ferro, os

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

administradores resolveram localizar no Passo da Pedra o 11º Distrito de Santo Ângelo. Com a inauguração da estrada de ferro, em 1928, é substituída a denominação Passo da Pedra por Giruá, através da Lei nº 29 de 26 de junho de 1928. Antes de ser instalada a estação ferroviária em Giruá, o meio de transporte dos colonizadores era a carroça e o cavalo, que eram usados para viagens e para levar os produtos comerciais.

Em 1º de julho de 1931, com a emancipação política de Santa Rosa, alterou-se novamente a divisão territorial da região. Giruá passou a ser o 5º distrito de Santo Ângelo, quando foi dividido em 9 seções atendidas por inspetores seccionais.

O município de Giruá emancipou-se em 28 de janeiro de 1955, (Lei nº 2601), composto de nove distritos. Em 1995 emanciparam-se três distritos. Atualmente permanecem: 1º) Giruá- sede, 2º) Mato Grande, 3º) Cândido Freire, 4º) Quinze de Novembro, 5º) São Paulo das Tunas, 6º) Rincão dos Mellos, 7º) Rincão Maciel.

Fonte: Assessoria de Cultura

9. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES

Da mesma forma que a história da reocupação territorial de Cerro Largo a partir do início do século XX explica em grande medida a história dos descendentes de alemães da região, a história de Guarani das Missões explica a presença de descendente de poloneses. Para dar conta de esclarecer o processo de ocupação de Guarani das Missões transcrevemos na íntegra o texto gentilmente cedido pela historiadora Cláudia Polanczik que se encontra na biblioteca do Centro de Cultura Missioneira:

**Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da
Região Missioneira**
**“A COLONIZAÇÃO POLONESA NO BRASIL E A CHEGADA A GUARANI DAS
MISSÕES**

A imigração europeia inicia-se no século XIX, devido a uma série de transformações havidas na Europa e no Brasil, entre elas podemos citar: a Europa possuía mão-de-obra excedente e o Brasil necessitava, de acordo com o pensamento da época, de pessoas para trabalhar, já que a libertação do trabalho escravo era uma questão de tempo.

Entre as razões que fizeram muitos imigrantes optarem pelo Brasil, encontramos nas leis da época a resposta: as leis promulgadas pelos governantes brasileiros facilitavam a vinda e o estabelecimento de estrangeiros no país. Conforme Laurosse (1979) o governo brasileiro confiou as companhias de navegação marítima a tarefa de transportarem colonos nos países europeus, comprometendo-se a pagar setenta e cinco mil réis pela entrega de cada imigrante adulto: 50% desse dinheiro por uma criança de oito a dez anos e 75% por uma criança de um a oito anos. Geralmente o transporte dos imigrantes era feito pelos navios da Companhia Marítima “Serro Azul & Bendaszewski”. Os poloneses vinham com passaporte russo ou com passaporte falso.

Os poloneses aqui encontraram muitas dificuldades para adaptação, como diferença de língua, costumes, clima e, sobretudo pela falta de amparo do governo, que não cumpriu as promessas dos agenciadores europeus. Outro problema está relacionado à ausência de estradas para escoar a produção. No entanto, com o tempo, eles conseguiram se adaptar e prosperar. Hoje, seus descendentes são brasileiros perfeitamente integrados, desempenhando as mais diversas profissões.

Com relação à imigração polonesa, Marmilicz (1998) diz que características bem peculiares envolveram este fenômeno: os desmembramentos, dominações com suas políticas étnico-sociais, tentando discriminar e anular o trono nacional polonês. Nesse processo de vinda para o Brasil podemos constatar oito etapas, que são:

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

1. Princípios do século XVI até 1869: a imigração individual de missionários, militares e alguns profissionais;
2. 1867-1914: imigração em massa-camponeses com fins de colonização rural. Passando por duas fases:
 - a. 1867 – 1889: imigração a partir da Silésia e de regiões de ocupação prussiana, com maior êxito para o Brasil.
 - b. 1889 - 1914: essa fase é denominada “a febre brasileira”, pela intensidade do fluxo migratório para o Brasil. Era de caráter camponês e familiar.
3. 1914-1917/20 – aqui houve uma interrupção provocada pela I Guerra Mundial e conflitos que dela derivaram. Nesse período os poloneses que viviam no Brasil e nos Estados Unidos alistavam-se nas tropas nacionais polonesas, para lutar pela liberdade;
4. 1918/20-1939: aqui há uma segunda etapa da imigração em massa, patrocinada e organizada pelo Estado, sendo que imigravam muitos operários;
5. 1939-1949: êxodo de refugiados de guerras e políticos, provocado pela II Guerra Mundial e suas conseqüências políticas. A derrota da Polônia frente à Alemanha e a decisão de não retornar à pátria dominada pelos comunistas foram as principais causas.
6. 1949-1956: interrupção na relação entre Polônia e América Latina; os contatos eram mínimos, mas houve um forte processo de deserção para os Estados Unidos e um processo de enraizamento das comunidades polônicas.
7. 1956-1968: tentativas de: reemigração e contatos com a pátria-mãe. Houve aqui mudanças na postura do regime polonês frente à Comunidade Polônica no Estrangeiro.
8. 1988...: Novas tentativas de emigração e de relações mútuas.

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Sobre os primeiros imigrantes poloneses que vieram para o município de Guarani das Missões, Líbia Maria diz que eram originários da região central da Polônia, das imediações de Lublin. Em 1895, fixaram-se em Guarani das Missões levando colonos poloneses que já estavam estabelecidos nos municípios de Bento Gonçalves, Veranópolis e Garibaldi.

As casas eram construídas de pau-a-pique ou de coqueiros. Alguns construíam suas casas serrando troncos erguidos sobre uma armação de aproximadamente 2 metros de altura. Era um trabalho penoso e lento. Um serrador subia no tronco, e o outro, no solo, servia-lhe de par. Serravam, assim, obtendo tábuas rústicas e pouco regulares, porém fortes e úteis.

Outro problema grave e de difícil solução com que se defrontaram foi o da instrução e educação dos filhos. As primeiras escolas primárias locais eram mantidas pelos próprios poloneses. Os que almejavam continuar os estudos eram colocados em internatos de custo elevado. Sendo que os que podiam fazê-lo, colocavam seus filhos no Colégio dos Irmãos Maristas, em Santo Ângelo.

Em seu estudo sobre o imigrante polonês no Rio Grande do Sul, Líbia M. Wendling escreve: Guarani das Missões é o mais próspero núcleo de poloneses do nosso estado. Os primeiros imigrantes enfrentavam problemas muito sérios, uma vez que vieram para o Brasil sem recurso de seu país e sem os próprios recursos.

Além dos imigrantes poloneses que vieram para Guarani, deve-se destacar também os imigrantes suecos. No entanto, deve-se considerar que chegaram houve um alto índice de mortalidade entre eles, pois não se adaptavam ao clima, como os poloneses.

Os casamentos realizados nos anos de 1903 a 1950 na Paróquia de Guarani das Missões era predominantemente de imigrantes e descendentes entre si. Quando perguntamos o porquê de eles terem casado com descendentes, assim falaram:

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

porque não tínhamos com quem casar vivíamos no meio dos poloneses. Antigamente os pais é que escolhiam os maridos. Levavam o rapaz para a casa da moça polonesa para ver se esse agradava-se da moça. Os que vieram da Polônia puxavam para a Polônia. Diziam que tinham de casar os filhos com polacos. No princípio se casavam na própria origem. Depois foi mudando. Somente entre poloneses. Não havia mistura de raças. Polonês com polonês. Entre os da mesma origem.

E essa preferência pelos componentes do mesmo grupo étnico na formação do casal está presente nos imigrantes e descendentes como uma necessidade de manterem alguns elementos fundamentais de sua identidade polonesa, isto é, sua cultura, sua língua, sua fé

Conforme Marmilicz (1996) as principais colônias polonesas são classificadas em quatro grupos: Primeiro grupo – localizado nas regiões do Atlântico e Serra do Sudeste, correspondendo às cidades de Rio Grande, Pelotas, Colônia São Feliciano, Maria Pimentel, Barão do Triunfo, São Brás, Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre e pequenas localidades ao Sul do Estado. Cerca de 12.000 imigrantes; Segundo grupo: localizado na Serra do Nordeste do Estado. Corresponde as cidades e Colônias de São Marcos, Antônio Prado, Alfredo Chaves, Santa Teresa, Bento Gonçalves, Guaporé, São Luiz da Casca, bem como a colônia de Jaguari. Cerca de 6.000 imigrantes; Terceiro grupo: localizado na região do Planalto e no Vale do Uruguai. São deste tipo as cidades, vilas e colônias de Erechim, Getúlio Vargas, Gaurama, Dourado, Balisa, Marcelino Ramos Áurea, Hortênsia, Carlos Gomes, Lajeado, Valeriano, Barão do Cotegipe, Aratiba, Capoeirê, e outras localidades menores entre Irai e Rio do Peixe. Cerca de 25.000 imigrantes; Quarto grupo: localizado na região das Missões. Abrange as cidades mais recentes como Santo Ângelo, Ijuí, Santa Rosa, Guarani das Missões, Três de Maio, Tucunduva e outras. Cerca de 18.000 imigrantes.

Conforme Marmilicz (1996) Guarani das Missões foi fundado em 1891

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

pelo governo federal, compreendia parte das terras da antiga Colônia “Lucena”. Abrangia uma área ao redor de dois mil lotes rurais, localizadas entre os rios Comandaí e Ijuí Grande. A maior afluência de imigrantes poloneses ocorreu no ano de 1891 quando iniciou a colonização do município com o nome “Núcleo Comandaí”. Antes de denominar-se Guarani das Missões, o município teve vários nomes: Núcleo Comandaí (1891), Santa Teresa de Guarani (1898), Guaramano (1944) e Guarani das Missões desde 1950. A posse do primeiro prefeito (Clemente Soltis) e a Câmara de Vereadores foi no dia 27 de maio de 1959, data em que é comemorado o Dia do Município.

Principais fatos da colonização à emancipação

Em 1898, o Núcleo de Colonização Santa Teresa de Guarani organiza-se socialmente com a fundação da Associação de Nossa Senhora de Monte Claro. Inicia-se a construção do cemitério da sede. Em 1899, Santa Teresa passa à categoria de 5º Distrito de São Luiz Gonzaga, tendo como primeiro escrivão distrital o Sr. Justino Gonçalves de Oliveira.

No ano de 1902 inicia-se a construção da Igreja Católica, com a instalação do Curato, passando à Paróquia em 1929, com o nome de Santa Teresa D’Ávila.

Já em 1906 após árduo trabalho, concluiu-se a ponte sobre o rio Comandaí, considerada um dos marcos da época, por ser coberta. E em 1909 chega o primeiro médico licenciado, o Doutor Luiz Bonorino, procedente de Itaqui. Iniciou-se também a primeira aula pública, contando com cerca de 36 alunos.

Um outro acontecimento importante foi a instalação da luz elétrica, na Usina de João Hamerski Filho, no rio Comandaí em 1928. Em 1932 foi introduzida a cultura da soja no Brasil. O Engenheiro Agrônomo Czeslau Marian Biesanko distribuiu neste momento algumas sementes da nova cultura a seus alunos da Escola Agrônômica. Guarani das Missões é o pioneiro da

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

cultura de soja no Brasil.

Com a ampliação da potência da usina de João Hamerski Filho, em 1943 surgem os primeiros estabelecimentos industriais para operarem no ramo de óleos vegetais.

Graças ao desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio, em 1958 surge com grande força o movimento emancipacionista, visando a criação do município. Com a emancipação de Guarani das Missões, em 1959, organizou-se a instalação da Prefeitura Municipal na rua Comandai, onde funcionou até 1968. Em 1960 cria-se oficialmente o Grau Médio (Ginásio) na Escola Normal Ginásial São José e inicia-se a construção da Praça Caramuru.

Em 1991 foi comemorado o Centenário da Imigração Polonesa em Guarani das Missões, fato este que marcou e que contribuiu para o desenvolvimento e o crescimento do município, já que a maioria de sua população é de origem polonesa, pois o município todo mobilizou-se na dinamização das tradições polonesas.

Outras duas marcas na história do município aconteceram em 1998: a Linha Bom Jardim comemorou o Centenário da Imigração Polonesa e a Linha São Marcos, o Centenário da Imigração Italiana.

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE ITACURUBI

Itacurubi tem a origem de seu nome na língua Tupi-Guarani (Ita=pedra; curuba=caroço; i=pequeno), ou seja, pedregulho, segundo o dicionário Tupi-Guarani do professor Silveira Bueno). O início da povoação de Itacurubi se deu por volta de 1890, com a chegada na região do capitão da Marinha Jacques Ouriques Simons, provindo da Bahia. Logo houve a instalação de uma casa para troca e venda de produtos da região. O referido capitão, durante o período da Revolução de 1893 exilou-se na Argentina, onde organizou um piquete de brasileiros refugiados. Voltando ao Brasil, foi morto nos campos de Itaroquem, a 25 Km de Itacurubi, pelas tropas do Senador Pinheiro Machado. Após este

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

episódio, outras famílias se fixaram na localidade, como as de João da Rocha, Norberto Ferreira, Lili e Nelson Lopes, Marciano Lima e João Francisco Rigon. Estes primeiros moradores muito contribuíram para o crescimento e o desenvolvimento de Itacurubi. Em 1930 surgiu a primeira farmácia, e em 1947 foi fundada a Associação do Aero Clube de Itacurubi, sendo no mesmo ano criada a Escola de Primeiro Grau Vicent Goulart. O movimento emancipacionista surgido em 1984 teve alguns impasses com relação aos limites do novo município. O plebiscito de 10 de abril de 1988 teve como resultado a aprovação do município de Itacurubi. Fonte: <http://www.raizesdosul.com.br/>. Acesso em 10/12/06.

10. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE MATO QUEIMADO

No início do século 20, um ciclone teria atingido a região de Mato Queimado, devastando parte das matas do lugar. Não se sabe se intencionalmente ou não, foi ateado fogo no mato destruído. O fato teria originado o nome da localidade. Em 1925, quando foi rezada a primeira missa na comunidade que pertencia a São Luiz Gonzaga, esta já era sua marca. Símbolo da denominação do município, um tronco de canafístula se encontra no centro de Mato Queimado.

O território que compreende a localidade de Mato Queimado, em fins do século XIX, pertencia a Joaquim Gomes Pinheiro Machado. Após a morte de Pinheiro Machado, a propriedade foi desmembrada entre os herdeiros e grande parte foi vendida para colonos. Cento e quarenta colônias foram vendidas, sendo que os compradores eram quase todos de Serro Azul. Mato Queimado começa então a ser povoado. Os primeiros colonizadores eram os seguintes: Major Antônio Cardoso, Albino Frederico Welter, José Gallas, Fernando Kieling.

Desde o início da comunidade, a religiosidade era um valor bastante prezado entre os habitantes. Dessa forma, os colonos forneceram boa parte

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

da madeira para a construção da Igreja Católica e garantiram mão de obra gratuita até a conclusão da edificação. Mais tarde entre 1940 a 1945, quando os colonos já estavam em melhores condições financeiras, foi construída espaçosa igreja. O sino que fora colocado junto a igreja veio de Alemanha com o peso de 700 Kg, feito em aço.

Com o passar do tempo, para enfrentar a falta de infra-estrutura, propôs-se a emancipação de Mato Queimado. Em reunião, no 10 de março de 1994, criou-se a Comissão emancipacionista. No dia 24 de março de 1996 foi realizado o plebiscito que aprovou a emancipação de Mato Queimado, acontecida naquele mesmo ano. As primeiras eleições somente aconteceriam no ano de 2000. De forma consensual, todos os partidos de Mato Queimado afirmaram que o município só teria o crescimento desejado se todos trabalhassem de acordo. Assim, com o slogan “União por Mato Queimado”, todos os partidos assinaram um acordo em que o prefeito seria do PP, o vice do PMDB e os partidos teriam o seguinte número de vagas a vereador para concorrer: PP até 6 candidatos; PMDB 5; PT 2; PDT e PTB 1. Nesta reunião também decidiu-se que, após o 12º mês de instalação da nova Câmara Legislativa, aconteceria o rodízio entre os vereadores, começando pelo mais votado, entrando o 1º suplente e assim sucessivamente todos os meses, para que todos pudessem ter representatividade. Embora o município de Mato Queimado tenha criado através da Lei Estadual no dia 16 de abril de 1996, foi, então, instalado oficialmente em 1º de janeiro de 2001.

Convém salientar que o município de Mato Queimado possui uma organização de trabalho diferenciada do demais. Neste município usa-se o termo “diretoria” ao invés de “secretaria”, ou seja, diretoria de educação, diretoria de saúde, diretoria de cultura, esporte e lazer.

11. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PIRAPÓ

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

FUNDAÇÃO: Setembro de 1903.

INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO: Janeiro de 1989.

ORIGEM: Em períodos anteriores, Pirapó era habitado por índios caingangues e a seguir, por tupis-guaranis. Em Linguagem indígena, Pirapó significa SALTO DO PEIXE, certamente devido a abundância de peixes que havia no passado e que saltavam magistralmente as cachoeiras do Rio Ijuí, na época da piracema. Remanescentes indicam que houve ali uma capela jesuítica, conhecida por Capilla, termo proveniente do espanhol, que era localizada na Linha Figueira e que as suas paredes foram transformadas em taipas de pedras, ainda existentes naquela localidade. Documentos comprovam ainda que na segunda metade do século XIX, já havia em Pirapó um povoamento luso-brasileiro, que certamente sobrevivia, assim como os indígenas, da natureza e de uma agropecuária de subsistência. Mas foi no início do século XX, a partir de setembro de 1903, que foi fundada uma colonização alemã em Pirapó, através de Ernesto Henrique Guilherme Wilhelm Sommer e familiares, tendo chegado as primeiras doze famílias no dia 18 de maio de 1904, transportadas por Carretas do Campo, provenientes da Região do Vale do Rio dos Sinos (RS). Deu-se início a mais um povoamento localizado no município de São Luiz Gonzaga, este passando a chamar-se de Colônia Sommer, depois Colônia Pirapó, a seguir Vila Pirapó e por último, simplesmente PIRAPÓ. Retorna-se desta forma às origens, uma vez que num período bem anterior ao século XX, os atuais municípios de Pirapó e Roque Gonzales denominavam-se PIRAPÓ, cujo cacique maior foi o índio guarani Nheçu, que habitava o Cerro do Inhacurutum, tendo sido sob suas ordens que foram mortos os três 'Mártires das Missões'. Em Pirapó ainda há muitos vestígios dos indígenas e muitas marcas, principalmente, na arquitetura, da colonização alemã de outrora.

No início, os colonizadores enfrentaram grandes dificuldades devido a intempéries do tempo, a falta de animais de procriação, de rodovias e de recursos industriais, médicos e espirituais. Mas, mesmo assim, a comunidade foi evoluindo rapidamente. Henrique Sommer instalou uma balsa sobre o Rio

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Ijuí: travessia Pirapó- Roque Gonzales e, até a década de 50, a base da economia dava-se através da intensa exportação, via fluvial, valendo-se de catres, barcos e lanchas, os quais transportavam, principalmente, a madeira de Lei (pau-ferro), produtos agrícolas como a erva-mate, o fumo, feijão e industrializados agropecuários, como a cachaça, o queijo, o couro, a banha e a rapadura. Neste período várias entidades foram solidificadas, como o Clube e a Paróquia São José, a Escola Paroquial e o Hospital Nossa Senhora do Rosário. E a comemoração do Kerb era o evento máximo de confraternização e animação, animada pela Banda Musical Alemã local. Neste período, várias famílias alemãs e luso-brasileiras foram adentrando na Colônia Pirapó. Mas a partir dos anos 50, foi cessando a industrialização e a base da economia passou a ser apenas a agropecuária, cujo escoamento da produção de suínos e de grãos como soja, milho, trigo, feijão e arroz passou a ser rodoviário. A partir deste momento foram surgindo as escolas municipais e estaduais, o Ofício Distrital (Tabelionato e Registro Civil), foi instalado o atual prédio do hospital, a energia elétrica foi introduzida, uma rodoviária foi instalada, uma panificadora, a Igreja Matriz e a Casa Canônica foram inauguradas, a Polícia Militar foi introduzida, associações rurais foram surgindo e, no final dos anos 60, os trabalhadores rurais já estavam organizados em um sindicato bem atuante. Até a emancipação, sobressaiu-se a construção do Salão Paroquial, a instalação do Posto de Saúde, as festas Campeiras foram surgindo, a Unidade da Coopatrigo foi instalada, bem como os Postos Bancários, as principais ruas da cidade foram calçadas, a Rede de Abastecimento de água foi efetivada e a Ponte de Travessia: Pirapó-Dezesseis de Novembro, finalmente, é inaugurada. Acelerou-se a mecanização da agricultura e o tradicional Clube São José é demolido em 1984. Nesse período, teve início o êxodo rural e, politicamente, foi a partir de 1955 que Pirapó passou a ser um distrito de São Luiz Gonzaga e, a partir de 1966, passou a integrar ao município de São Nicolau, passando a distrito deste em 11 de novembro de 1980.

O povo de Pirapó começou a campanha pela emancipação em 1981,

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

quando uma comissão iniciou a luta pela conquista da autonomia, não sendo exitosa na primeira tentativa em 1984. Após isso, uma segunda comissão foi formada, com a substituição de alguns membros e acréscimo de outros, desta vez, logrando êxito. O plebiscito foi realizado em 20 de setembro de 1987 e apurou 90% dos votos para SIM, sendo criado o novo município de Pirapó em 30 de novembro de 1987, através da Lei nº 8.425, com a sua instalação efetuada em 1º de janeiro de 1989.

Este relato da história de Pirapó é baseado na obra Prefeitura Municipal de Pirapó. *Resgatando a história de Pirapó (1903-2003)*. São Luiz Gonzaga: Gráfica A Notícia Ltda., 2003. Consta em www.pirapo.rs.gov.br. Acesso em 20/01/2007.

12. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PORTO XAVIER

Após o fim das Missões Jesuíticas, o território onde se localiza o atual município de Porto Xavier, embora nele tenham permanecido remanescentes de populações indígenas, recebeu a chegada gradativa de novos migrantes e imigrantes. O repovoamento deu-se a partir de 1870. O nome inicial foi São Francisco Xavier, depois São Xavier, que é o nome do Padroeiro, Cerro Pelado e finalmente Porto Xavier, devido ao porto sobre o rio Uruguai. Retrocedamos, no entanto, com a análise histórica que consta em material produzido pela Prefeitura Municipal daquele município.

A origem do atual território deste Município começa com as reduções jesuíticas, fundadas pelo Padre Roque Gonzáles na primeira metade do século XVII, na região das Missões.

Contam os historiadores, entre eles C. LUGON, na obra “República Comunista Cristã dos Guaranis”, Riograndino da Costa e Silva, na obra “Notas à margem da História do Rio Grande do Sul”; bem como o historiador francês CHARLEVOIX, em obra “Historie du Paraguay”, que pela Fundação da Redução de San Javier, no ano 1626, em frente a esta cidade e com o mesmo

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

nome, na margem direita do Rio Uruguai, bem como a redução de Assunção do Ijuí, no ano 1628, distante cerca de 15Km de Porto Xavier, aqui se iniciou a povoação, em razão de ser o ponto de ligação entre as Reduções da Banda Oriental e Ocidental do Rio Uruguai, relatam, também, a célebre Batalha Naval de MBORORÉ, no ano de 1614, no Rio Uruguai às margens do mesmo, entre os Exércitos das Reduções e os Mamelucos, nas proximidades da Redução de San Javier.

Após esta batalha, conforme fazem referência muitos estudiosos do assunto, os Mamelucos, por um período de um século, não mais causaram incômodos à região dos Sete Povos das Missões. Tudo faz crer portanto, que o território do atual Porto Xavier tenha crescido paralelamente ao desenvolvimento das Reduções Jesuíticas que atingiram o seu apogeu neste período.

Há referências sobre este local, na obra intitulada “Polinthes Missioneira”, versado sobre o núcleo populacional denominado “Cerro pelado” e que era um dos topônimos antigos de Porto Xavier.

Em 1750, com o tratado de Madri, em que a Coroa Portuguesa recebia da Coroa Espanhola o Território das Missões, da Banda Oriental do Rio Uruguai, em troca da Colônia do Sacramento e a conseqüente não aceitação pelos Padres Jesuítas e os seus tutelados, iniciou-se a chamada Guerra Guaranítica, que findava em 1756 com a completa destruição das reduções.

Desde esta época até a primeira metade do século XIX não há maiores referências a este local.

Na segunda metade do século XIX, com a fixação de nacionais e os primeiros imigrantes vindos da Europa, pela Lei Provincial Nº 1238 de 3 de Junho de 1880 era criada a Vila de São Francisco Xavier, 4º Distrito de São Luiz Gonzaga. Os imigrantes de origem européia começaram a chegar em maior número e a povoação foi aumentada, com a colonização do território.

Posteriormente, segundo referem-se vários documentos da época, este

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

local passou a denominar-se abreviadamente de San Javier, e também Cerro Pelado, cuja designação aparecia nos mapas geográficos.

Em 1916, com a criação, através de Decreto Federal, da Mesa de Renda Alfandegada, passou a denominar-se de Porto Xavier, denominação que permanece até hoje, certamente foi levado em consideração que por este local havia grande trânsito entre Brasil e Argentina o que requeria a presença de Fiscalização, por parte de um órgão governamental.

Nesta época foi realizado o mapeamento da Vila, com o loteamento e demarcação das ruas, das praças, encontram-se, atualmente, pouco alterado. O trabalho foi realizado pelo Engenheiro Cardoso.

A importância da localização geográfica de Porto Xavier, como elo da ligação e intercâmbios entre Brasil e Argentina, ficou bem evidenciado, uma vez que durante a quarta década do século, já ter existido uma linha internacional de ônibus (transporte coletivo), que ligava Posadas, Província de Misiones – República Argentina, à Santo Ângelo – RS, e que foi interrompida com a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Outro marco histórico de relevância foi a vinda do Corpo de Fuzileiros Navais para Porto Xavier, no ano de 1948, com a missão específica de proteger a fronteira. O Quartel de Fuzileiros Navais, inaugurado em 1954, é hoje extinto.

No ano de 1955, com a emancipação do município de Cerro Largo, Porto Xavier passou a integrar o novo município, na condição de 3º Distrito. Os desejos de emancipação política do povo de Porto Xavier, tomaram contornos mais concretos a partir de 1964, com a criação de uma comissão de emancipação, que foi concretizada pela Lei Estadual nº 5214, de 6 de janeiro de 1966. Em 15 de maio do mesmo ano, tomava posse o primeiro administrador, o Interventor Federal Hugo Feier.

Após sua emancipação, o município já perdeu área territorial para a formação de São Paulo das Missões e de Roque Gonzales.

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

13. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE ROLADOR

A origem do nome Rolador, segundo relatos orais, está relacionada à existência de um arroio que banha a cidade e que possui corredeiras por entre pedras. Outra versão bastante popular sobre a escolha do nome refere que os viajantes carreteiros, nas madrugadas, ouviam ruídos assustadores que davam a impressão de algo rolar rio abaixo.

O início do povoamento pós-cristão do território hoje pertencente a Rolador está relacionado à fundação, em 1628, pelo padre Roque Gonzales de Santa Cruz, da redução de Nossa Senhora da Candelária, que, no entanto, não sobreviveu ao Primeiro Ciclo Missioneiro.

Com o fim das Reduções Jesuíticas vieram portugueses, espanhóis e, no início do século XX, chegaram os alemães para ocupar o território. Rolador foi ponto de referência para tropas militares, andarilhos, comerciantes ambulantes e tropeiros que por ali cruzaram. Sua gente é uma mescla de índios nativos, desbravadores, portugueses e espanhóis, além de gaúchos fronteiriços, castelhanos e alemães.

Um dos fatos mais marcantes do município é que, em 1924, o movimento liderado pelo capitão Luis Carlos Prestes agitou a população do pequeno povoado pela presença da Coluna Prestes às margens do Rio Ijuí, limite entre Rolador e a Colônia Serro Azul.

O desenvolvimento da estrutura urbana de Rolador está ligado à construção da estrada de ferro que ligava Cerro Largo a São Luiz Gonzaga, inaugurada em 1957. Criada a Estação Ferroviária do Rolador em 1957, com os subsídios que os novos habitantes (funcionários da rede ferroviária e suas famílias) trouxeram, surgiram também escolas, igrejas, centros comunitários e de lazer, bares e comércio de gêneros alimentícios, tecidos, ferramentas e alguns medicamentos. No entanto, com a saída dos militares, empreiteiros e trabalhadores após a conclusão da estrada, gerou-se um forte declínio

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

populacional e econômico no Distrito de Rolador. A situação somente seria revertida a partir de 1970, quando ocorreram mudanças na agricultura com a valorização e a expansão da soja em Rolador. Foi neste período que construíram-se os armazéns da COOPATRIGO. No entanto, a década de 1990 reservou para os agricultores um processo de descapitalização. Para reagir a esta situação, a comunidade de Rolador criou uma comissão pró-emancipação. A emancipação de Rolador aconteceu em 1996.

14. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE ROQUE GONZALES

A história do município de Roque Gonzalez deve ser buscada no período das reduções, quando, em 15 de agosto de 1628, o Pe. Roque Gonzáles e o Pe. João de Castilho fundaram a Redução de Assunção do Ijuí. Próximo dali, havia a presença do Cacique Nheçu, que vivia no Cerro do Inhacurutum. Como era um karai respeitado, seus saberes chocavam-se com a Doutrina Cristã. Para preservar seu antigo modo de ser, atacou a Redução do Caaró em 15 de novembro de 1628, matando os padres Afonso Rodrigues e Roque Gonzales. Dois dias depois, a 17 de novembro de 1628, ocorreu a morte de mais um padre jesuíta, João de Castilho, em Assunção. Na verdade, as reduções referidas não chegaram a fixar-se definitivamente por conta da morte dos padres e dos ataques bandeirantes.

Após a decadência das Missões e a conseqüente colonização lusa, no início do século XIX e, posterior a chegada de correntes imigratórias e migratórias, entre o final do século XIX e início do século XX, o atual Município de Roque Gonzáles teve seu repovoamento a partir de 1924 próximo ao Salto do Pirapó, pelas seguintes famílias de migrantes: José Frederico Eichlbelger, natural de Santa Cruz do Sul e Jacob Alberto Spohr, natural de Montenegro

Em homenagem ao Padre jesuíta e mártir Roque Gonzales, foi criado em São Luís Gonzaga o Distrito de Roque Gonzales pelo Ato Municipal nº 183, de 25 de outubro de 1927. Em 31 de março de 1938, com o Decreto nº 7199,

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

passou à categoria de vila, sendo desmembrado do município de São Luiz Gonzaga juntamente com os Distritos de Porto Xavier e Cerro Largo, quando de emancipação deste último, em 1954. Roque Gonzales formou-se município independente, com a Lei nº 5134, de 7 de dezembro de 1965, desmembrando-se assim de Cerro Largo e levando também como parte de seu território uma área do Distrito de Porto Xavier.

Em Roque Gonzáles existe grande devoção aos padres jesuítas mortos pelos indígenas, principalmente pelo fato de, em 16 de maio de 1988, na cidade de Assunción, Paraguai, o Papa João Paulo II ter realizado a santificação dos padres Roque Gonzales, Afonso Rodrigues e João de Castilho. Assim, em 1991, foi lançada a Pedra Fundamental do Santuário de São João de Castilho. Já em 22 de novembro de 1992, ele foi solenemente inaugurado, com a participação de delegações do Paraguai, Argentina e de Cuenca, Espanha, Terra Natal de São João. Desta delegação participaram parentes da 7ª Geração de João de Castilho, fazendo a doação de uma estátua do Santo, em madeira.

Todo o ano, no mês de agosto, é realizada a Romaria no Santuário de Assunção do Ijuí, com grande participação de devotos de toda a região. Em Roque Gonzales, próximo ao limite com Dezesseis de Novembro, nas margens do Rio Ijuí, uma cruz identifica o local em que o corpo do padre João de Castilhos, morto por índios, foi abandonado após a morte.

15. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR DAS MISSÕES

Salvador das Missões, município situado na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, foi colonizada por imigrantes alemães alguns anos após a fundação da Colônia de Serro Azul, ocorrida em 1902. Os primeiros moradores de Salvador das Missões chegaram à localidade em 1905. Eles eram procedentes de São Salvador do Sul de Montenegro e, para lembrar a terra natal, deram o nome de Linha São Salvador.

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

A colonização de São Salvador aconteceu concomitantemente à de Serro Azul. Os pioneiros da colonização de São Salvador foram, segundo a historiadora do município Rosmeri Inês Spies, dois migrantes de Montenegro: Nicolau Nedel Filho e José Aloísio Franzen. Após abrirem clareiras para a construção de casas e de implantação de lavouras, os dois jovens voltaram à Montenegro para buscar suas noivas, para então formar famílias e continuar a colonização. A nova colônia, formada por imigrantes alemães católicos, foi se desenvolvendo rapidamente, construindo-se logo a escola-capela. Os professores eram normalmente descendentes de alemães. Em 1908 foi rezada a primeira missa pelo Pe. Josef Spoenlein com a participação já de cinco famílias. Em 1912 a comunidade era composta por quarenta sócios. A construção da capela, feita de forma gratuita pelos colonos, iniciou em 1913. Após 1917 é demolida e em seu lugar foi erguida uma nova igreja, inaugurada em 1920.

Seguindo a tradição germânica do canto coral, em 1908 já era fundado um pequeno coral, denominado de Santa Cecília. Em 1912, quando da chegada do professor Jacob Kreutz Sobrinho, que assumiria também funções de professor da escola, dirigente dos trabalhos religiosos, o coral recebe incrementos em qualidade.

Em 1921 foi construído em São Salvador o primeiro hospital. Sinal do desenvolvimento da Colônia, é nesse momento, a partir da instalação de uma serraria a vapor e de uma olaria, começou-se a construir as moradias em estilo enxaimel. No entanto, em 1923, com os distúrbios revolucionários que aconteciam no Rio Grande do Sul, a insegurança toma conta de São Salvador. Como o governador Borges de Medeiros não toma nenhuma atitude de defesa da colônia, os próprios moradores organizam um pelotão de jovens para defenderem-na: A Liga de Defesa, que chegou a contar com mais de 3.600 homens.

Salvador das Missões, inicialmente chamada de São Salvador (passou a denominar-se Salvador das Missões em 1963, quando é transformado em

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Distrito de Cerro Largo), desenvolveu-se progressivamente, como a maioria das colônias do Estado. Em pouco tempo, surgiram prestadores de serviços e diversos ramos de comércio e mini-indústrias, necessárias ao atendimento do consumo dos colonos migrantes, tais como: moinho, serraria, carpintaria, sapataria, entre outros.

Inicialmente a Vila de São Salvador pertencia a São Luiz Gonzaga. Em 1955 Cerro Largo emancipou-se de São Luiz Gonzaga e a comunidade de São Salvador passou a integrar o novo município. Através da Lei Municipal nº 337, de 16 de outubro de 1963, de Cerro Largo, foi criado o Distrito de Salvador das Missões, oficialmente instalado em 06 de setembro de 1964.

Visando desenvolver o distrito, criou-se o movimento emancipacionista da Vila de Salvador das Missões. A criação do município, que contava com dez localidades e um distrito, ocorreu através da Lei nº 9.549, de 20 de março de 1992, sendo sua instalação efetivada em 1º de janeiro de 1993.

16. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO

A atual cidade de Santo Ângelo está situada sobre o Sítio Arquelógico San Angel Custódio, a última redução dos Sete Povos das Missões fundada pelos jesuítas, à margem esquerda do rio Uruguai, na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. O povo que deu origem a esta redução veio do atual território da Argentina, da antiga redução de Conceição, que havia crescido demais, após ter recebido a população de cinco aldeias jesuíticas¹. Inicialmente, sob a chefia do padre belga Diogo Haze (1647-1725), em 1706, a redução foi situada entre os rios Ijuizinho e Ijuí-Grande (atual município de Entre-Ijuís),. Como o local era impróprio para expansão do povoamento, localizado entre dois rios volumosos e vulnerável aos ataques das tribos inimigas, o núcleo urbano da redução foi transferida, em 1707, para um local

¹ DEWES, Sílvia. Reportagem: Santo Ângelo – O sétimo Povoado Missioneiro. Jornal: O grande Diário das Missões. Santo Ângelo. 12 de agosto de 1993. Pág. 6.

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

mais adequado – nas imediações da atual Praça Pinheiro Machado.

A estrutura urbana de Santo Ângelo Custódio era semelhante às demais Missões, com exceção da igreja, que tinha sua frente voltada para o sul, enquanto que as outras eram voltadas para o norte. Junto à igreja, que era o prédio principal, localizava-se a residência dos padres, o colégio, as oficinas de trabalho, o cemitério e o Cotiguaçu (local onde viviam as viúvas e os órfãos). Ao redor da praça estavam distribuídos as casas dos índios, nas periferias os tambos (casa para hóspedes), olarias, curtume e outras construções para atender a necessidade dos povoados.

Sua economia era predominantemente agrícola e pecuária. Destacou-se na produção de erva-mate e algodão. A produção excedente de couro, erva-mate e algodão era exportada para Buenos Aires e Santa Fé.

Contraditoriamente, após assinatura do Tratado de Madri, a Missão de San Angel Custódio atingiu seu ápice populacional no ano de 1753, quando o número de habitantes chegou a 5417. Chegou a produzir por ano cinco mil arrobas de erva e quatro mil de algodão.

Com a expulsão dos jesuítas da região das Missões (em 1760), o povo entrou em decadência e, aos poucos, os índios guaranis foram embora das reduções, em busca de lugares onde pudessem trabalhar e sobreviver. Muitos se dirigiram para estâncias de criação de gado, outros para as cidades, trabalhar como artesãos ou então, voltaram para os matos, em busca do seu antigo modo de ser.

Todo este processo resultou na destruição dos Sete Povos das Missões. Segundo historiadores, Santo Ângelo esteve abandonada entre 1822 e 1859.

Foram encontrados documentos referentes à Santo Ângelo com as seguintes nomenclaturas: Santo Ângelo Custódio, Santo Anjo Custódio, San'Angel e San Angelo.

O paulista Antônio Manoel de Oliveira, que ganhou uma sesmaria ao sul de Santo Ângelo, e Antônio Pinheiro Machado, vereador de Cruz Alta, pioneiros

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

de uma renascença leiga, resolveram aproveitar a implantação do antigo povoado².

Em torno de 1859, a primeira casa que foi levantada nas proximidades da antiga igreja, re- aproveitou as estruturas arquitetônicas do que tinha sido a Redução de Santo Ângelo Custódio. E assim, esta “cidade nova” começa a surgir, nas limitações da atual Praça Pinheiro Machado, não fugindo às regras da maioria das cidades brasileiras da época.

No decorrer do século XIX, tanto por parte do Governo Imperial como no Governo Provincial, houve uma preocupação em ocupar os espaços da região missioneira. Com isto, os primeiros habitantes desta “nova cidade” eram paulistas e açorianos. Posteriormente, imigraram para região, alemães, italianos e poloneses.

Em 1873, a “Villa” Santo Ângelo foi criada, conforme a Lei Provincial nº 835 de 22 de março de 1873. A área urbana da “Villa” era de 1.717,713 m², composta por 56 quadras com 132 metros e divididas em 16 lotes cada uma, segundo o Relatório do Município de Santo Ângelo. Naquela época, as construções urbanas deveriam obedecer rigorosamente às prescrições de higiene³.

O primeiro Mapa da “Villa” de Santo Ângelo, que se tem notícias, foi feito em 01 de janeiro de 1898. As quadras eram identificadas por letras, com distinção entre maiúsculas e minúsculas para os quarteirões loteados e os sem loteamentos, respectivamente, cuja ordem segue o traçado da redução de Santo Ângelo Custódio, expandindo-se em direção ao norte. Nos quarteirões loteados, observa-se a projeção das construções da época nos lotes.

No início do século XX, Santo Ângelo contava com 139 prédios, sendo 125 térreos, 3 assobradados, 1 sobrado e 10 em construção. Destes, 125 eram

²DEWES, Sílvia. Reportagem: Santo Ângelo – O sétimo Povoado Missioneiro. Jornal: O grande Diário das Missões. Santo Ângelo. 12 de agosto de 1993. Pág. 6.

³RODRIGUES, Dr. Ulysses – Relatório apresentado ao Conselho Municipal em seção ordinária de 3 de novembro de 1929. Estado do Rio Grande do Sul. Primeira Parte – Estatística Territorial. Pág. 19-20.

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

habitados e 4 não. Na indústria eram encontrados a máquina para descascar arroz, o engenho movido por água para fabricar aguardente e erva-mate, também o engenho movido por animais, o engenho para serrar madeira, a atafona e o manjolo. Fábrica de vinhos, de licores, de cerveja e olarias.

Ainda nesta época, muitos produtos foram exportados entre eles a lã, erva-mate, fumo, arroz, charque, banha, feijão, milho, farinha de mandioca e de milho, aguardente, couro e vinho.

Segundo a reportagem Resumo do Século, existia uma lagoa que estava situada onde hoje encontramos o Calçadão da 25 de Julho e dali para o norte, só se avistava campos, pois ali era o término da cidade ⁴.

Em 1906, ocorreu à chegada do 4º Regimento de Cavalaria e o 31º de Infantaria e Santo Ângelo tornou-se sede militar. Mais alguns dados curiosos, em 1908, a rede telefônica foi implantada e a inauguração da ponte sobre o rio Ijuí Grande aconteceu em 1909.

A partir de 1910, Santo Ângelo incorporou uma nova cultura que provocou mudanças na vida política, econômica e social. A chegada da colonização européia ocasionou o fenômeno da mudança econômica da terra, quando surgiu o minifúndio e a agricultura da pequena propriedade e a conseqüente explosão demográfica.

Com a chegada da luz elétrica (gerada no próprio município) e da estrada de ferro, Santo Ângelo desenvolveu-se mais rapidamente. Em 1921, foi inaugurado o prédio da Estação ferroviária, construído por Gildo Castelarín.

A cidade tomou novos rumos com a chegada do trem e Santo Ângelo recebeu novos pioneiros, os alemães. Começou a se formar um novo núcleo comercial no qual a língua alemã era muito utilizada. Este núcleo cognominado “Alemanha”, se expandia em direção ao norte a partir da rua 25 de Julho. Ao

⁴ KILIAN, Eunísia – Reportagem: Resumo do Século. Jornal: Atribuna Vip. Santo Ângelo. Dezembro de 2000. Pág 83

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira
sul desta rua a “velha Santo Ângelo” era chamada de “Brasil”⁵.

A década de 20 foi caracterizada por diversos conflitos armados, a Revolução de 1923 – participação em levantes causados entre maragatos e chimangos – e o Movimento Revolucionário de 1924 – Coluna Prestes.

Em 1924, foi realizada durante o governo de Carlos Kruel, uma outra planta da “Villa” de Santo Ângelo. Através dela é possível observar as expansões, o limite urbano – rua Humaytá (atual Florêncio de Abreu); avenida General Firmino (hoje, Getúlio Vargas); avenida 24 de Maio (Rio Grande do Sul) e rua 22 de março –, como era o plano urbanístico da cidade naqueles tempos. Outro dado curioso que pode ser observado neste mapa, é que uma série de ruas mudou de nomes.

Nesta época, Santo Ângelo possuía 350 prédios, aproximadamente o dobro do que existia em 1915, sendo 204 de material, 125 de madeira e 21 em construção⁶.

Foi na década de 30, que Santo Ângelo passou a ser considerada uma cidade moderna com as instalações dos serviços essenciais de água, esgoto, calçamento asfáltico, arborização, numa época em que poucas cidades do Rio Grande do Sul contavam com tais melhoramentos.

Nesta mesma década, entrava a energia elétrica, iniciou no município um processo de industrialização, entre eles, Sociedade de Banha Sul-rio-grandense Ltda; Comercial Braatz (ferragens em geral); Indústria de torrefação e moagem de café; moinho de Trigo; Sociedade Algodoeira Sul-rio-grandense Ltda.

A partir da década de 40, o coronelismo começou a decair e neste período, desenvolveu-se uma economia diversificada de subsistência. Foi implantado, próximo ao Arroio Itaquarinchim, um grande curtume (Curtume

⁵ FINOKIET, Bedati Aparecida. Arca da Memória. Santo Ângelo – RS. Gráfica Jornal das Missões. 2003. Pág. 10.

⁶ RODRIGUES, Dr. Ulysses – Relatório apresentado ao Conselho Municipal em seção ordinária de 3 de novembro de 1929. Estado do Rio Grande do Sul. Primeira Parte – Estatística Territorial. Pág. 29 e 30.

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Basso), que foi considerada a primeira indústria de couros da região noroeste do estado.

Nesta década, foi construído o presídio municipal, foi criada a Biblioteca Municipal e o aeroclube de Santo Ângelo, pioneiro no Rio Grande do Sul.

A partir do anos 50, haviam no município 306 estabelecimentos de indústrias. Os principais produtos produzidos: farinha de trigo, balas, arroz, pedra para construção, produtos mecânicos, couro curtido, acolchoados, confecções, entre outros (Texto-se elaborado por Simoni Costa).

17. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DAS MISSÕES

O município de Santo Antônio das Missões emancipou-se de São Borja em 1965, porém até atingir a emancipação, passou por um longo processo de ocupação humana, segundo a historiadora do município Guiomar Belchor.

Após a decadência das Missões e a conseqüente colonização lusa, no início do século XIX e, posterior à chegada de correntes imigratórias e migratórias, entre o final do século XIX e início do século XX, no atual Município de Santo Antônio das Missões teve seu repovoamento a partir da década de 1930.

Em 1937, iniciou-se a construção de uma vila, no então Quarto Distrito de São Borja. Em 1940, o povoado recebeu o nome de Vila 13 de Janeiro, nome dado em referência à data em que foi aprovada a proposta de nomeação na Câmara de São Borja. Entre as primeiras famílias encontra-se a de Flodoarte José Marques, Manoel Cavalcante e Tibúrcio Moreira.

Em 1961, buscando promover o progresso da Vila 13 de Janeiro, fundou-se a Sociedade Pró-Melhoramentos. Desta sociedade partiu a idéia de emancipação, criando-se o município de Santo Antonio das Missões. O nome Santo Antônio das Missões é originário de uma sesmaria pertencente aos jesuítas, chamada Santo Antonio, existente no atual território do município. O

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

designativo das Missões refere-se ao fato de estar situado na região das Missões.

Após a emancipação, no município de Santo Antonio das Missões construiu-se hospital, Igrejas, CTG, e inclusive um cinema, atualmente desativado.

Município de forte vivência da Tradição Gaúcha, em Santo Antonio das Missões predomina a população de origem luso-brasileira. A renda principal do município provém do setor agropecuário. Distante 30 km de São Luiz Gonzaga e 86 km de São Borja, o município compensa nestes municípios-pólo o atendimento de necessidades com relação à assistência médica, comércio, ensino e lazer.

18. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

A história do município de São Borja remonta o período reducional. A atual cidade formou-se sobre o núcleo urbano da Redução de São Francisco de Borja, fundada em 1682 pelo jesuíta espanhol Padre Francisco Garcia.

A redução de São Francisco de Borja foi o primeiro dos Sete Povos Missionários fundado na segunda fase das Missões. Na liderança de 1.952 pessoas, o padre jesuíta Francisco Garcia atravessou o Rio Uruguai para fundar uma colônia em sua margem esquerda. O aldeamento pertenceria à redução de Santo Tomé. Foi batizado de São Francisco de Borja. O ano era 1682. Este seria o primeiro de uma série de sete retornos que trariam de volta ao solo gaúcho os guaranis catequizados pela Companhia de Jesus. Quase 50 anos antes, os bandeirantes paulistas haviam expulsado os índios para o lado argentino.

Formada por famílias educadas e integradas ao trabalho, a colônia se desenvolveu rapidamente. Com a volta dos habitantes de outras reduções em 1687, o povoado recebeu a autorização para caminhar com suas próprias forças.

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

São Borja passou ao domínio português em 1801, através da conquista do território das missões por Borges do Canto, Gabriel de Almeida e Manoel dos Santos Pedroso. Pela distribuição das sesmarias aos soldados e colonos portugueses, iniciou-se então o povoamento efetivo do atual território. Pela distribuição de sesmarias aos soldados e colonos portugueses, iniciou-se então o povoado de maneira efetiva. Administrativamente São Borja pertenceu a Rio Pardo, do qual foi desmembrada por Resolução Provincial de 11 de março de 1833, assinada pelo então governador da província Manoel Antônio Galvão. Essa Resolução dava validade a transferência do Alvará Imperial de 13 de outubro de 1817, o qual criava Vila de São Luiz Gonzaga - não instalada na época por precariedade de meios. Finalmente, em 21 de dezembro de 1887, era elevada à condição de cidade.

A história de São Borja é enriquecida com fatos bastante significativos do ponto de vista da peculiaridade. Um destes fatos é referido no periódico ZERO HORA, no caderno especial Origens, publicado em 04 de dezembro de 1996:

Invasão empurra o Brasil para a guerra

A ex-missão jesuíta de São Francisco de Borja foi um dos tubos de ensaio para o ditador Solano Lopes fazer a Guerra do Paraguai. Em 1865, uma coluna com cerca de 12 mil homens invadiu a terra natal de Getúlio Vargas. Sem reação à altura, as forças estrangeiras ocuparam a cidade por 10 dias. A tomada do município assustou o governo imperial e serviu de estopim para a entrada definitiva dos brasileiros num dos maiores confrontos armados da América do Sul.

Os planos de conquistar o Rio Grande do Sul começaram cedo. Por volta de 1847, quando ainda era tratado de El Generalito, Solano Lopes invadiu a província argentina de Corrientes. Sem ser reconhecido, atravessou o rio Uruguai e verificou as condições de combate em algumas fazendas do interior de São Borja. Quase 20 anos mais tarde, o projeto de invasão foi concluído.

Depois de ocupar o sul da Província do Mato Grosso, o comandante paraguaio decidiu avançar em direção ao território gaúcho. No início de 1865, seu exército contava com mais de 60 mil homens e um grande estoque de armamento e munição. Sob o comando do coronel Antônio de la Cruz

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Estigarribia, uma coluna com cerca de 12 mil soldados partiu rumo ao Sudeste. A missão: invadir o Rio Grande do Sul e o Estado Oriental do Uruguai.

Mesmo alertado sobre a intenção do inimigo, o chefe das forças da fronteira, coronel Antônio Fernandez Lima, não acreditou na rapidez dos paraguaios e permaneceu com seus 2 mil homens no Passo da Pedra, metade do caminho entre Itaqui e São Borja. Pouco mais de 650 homens tentaram defender a cidade quando os adversários iniciaram a travessia do rio no Passo de São Borja. Eram 10h do dia 10 de junho de 1865.

Depois de quatro horas de luta, os defensores receberam o auxílio do 1o Batalhão dos Voluntários da Pátria, comandado pelo coronel João Maunel Menna Barreto. O reforço de última hora deu uma sobrevida à resistência brasileira. Estigarribia demorou dois dias para dominar a cidade. Controlada a situação, o coronel paraguaio ordenou o saque das casas. A derrotada e assustada São Borja estava deserta.

Como o alvo de Solano Lopes era Uruguaiana (de onde pretendia alcançar o Uruguai e unir forças com Aguirre), Estigarribia não permaneceu muito tempo na cidade. No dia 19 de junho, o exército paraguaio partiu. O próximo destino seria Itaqui.

Isolada do teatro das operações, o palco da Guerra do Paraguai não precisou ser reconquistado. Havia sido abandonado por seus próprios atores” (ZERO HORA, Caderno Raízes. 04/12/1996)

Embora a toda a importância que São Borja tem para a história do Rio Grande do sul e as Missões jesuíticas em específico, o município é conhecido como “Cidade dos Presidentes”, pois é terra natal de Getúlio Vargas e de Jânio Quadros. Com relação ao destaque que a família sempre possuiu no município, apresentamos a seguinte narrativa, também retirada do Caderno Raízes:

Dinastia Vargas detém o poder

Em algum momento das vidas de Viriato, Protásio, Spartaco e Benjamin, ser irmão de Getúlio Vargas falava mais alto. Com certeza, mais positiva do que negativamente. Graças à trajetória política do filho do meio do general Manoel do nascimento Vargas, a família manteve-se no poder político de São Borja durante várias décadas. Valendo-se de estratégias diversas, os quatro Vargas e seus homens de confiança ficaram na fronteira controlando o rebanho eleitoral. Interrompida apenas pela ditadura militar, a família sempre indicou ou foi consultada na escolha dos governantes de São

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Borja. 'Os trabalhistas estiveram na prefeitura do início do século até 1988', afirma o ex-prefeito Florêncio Guimarães, 71 anos, um dos fundadores do antigo PTB. 'Até a morte de Getúlio, todos eram membros da família ou amigos dele', acrescenta.

O estadista mais controvertido da história brasileira e o comportamento de seus irmãos ofuscaram até a imagem do pai. Veterano da Guerra do Paraguai e da Revolução Federalista de 1893, Manoel foi o primeiro Vargas a comandar o município. "A força do general nunca chegou aos pés do domínio dos filhos", considera o pesquisador Timótheo Ávila, 60 anos.

Depois de governar de 1907 a 1911, o cetro do pai passou para o filho mais velho. Durante o mandato do coronel Viriato Vargas (1911-14), São Borja assistiu a um grande número de perseguições políticas. A situação era tão delicada que Viriato chegou ao ponto de se exilar na Argentina depois de ser acusado como mandante do assassinato de um médico.

Quando Getúlio saiu da Revolução de 30 como presidente da República, a cidade virou o quintal dos Vargas. Sob o comando de Benjamin "Beja" Vargas, o 14o Corpo Provisório tornou-se o braço armado do poder. "Eles reprimiam qualquer tipo de manifestação de oposição atuando como defensores das idéias da família", conta Ávila. Anos depois, um dos soldados mais temidos tornou-se chefe da guarda pessoal do presidente. Seu nome: Gregório Fortunato.

Atualmente existe em São Borja um movimento de revalorização da história ligada à Redução de São Francisco de Borja, ao lado dos vultos políticos cultuados.

19. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ GONZAGA

A redução de São Luiz Gonzaga foi fundada pelo Padre Miguel Fernandes em 1687, que, vindo da redução de Conceição (hoje cidade de Conceição, na Argentina), com cerca de três mil índios cristianizados, deu início a nova povoação. O atual território de São Luiz Gonzaga permaneceu ocupado pelos jesuítas e índios até a expulsão destes pelos exércitos de Espanha e Portugal, que se estabeleceram na região após o Tratado de Madri, em 1750.

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

O Pe. Miguel Fernandez, segundo as Cartas Anuas, ao fundar a redução, buscara um lugar alto as margens do Arroio Chimbocú. Alguns campos de cultivo localizavam-se próximos, outros distantes. Neles cultivavam-se ervas e algodoais, os trigais e as extensas plantações de erva-mate, milho, sendo que estes produtos eram comercializados pelo sistema de troca.

A redução de São Luiz, a exemplo das cidades espanholas, era regida por livros de ordens com as disposições sobre os destinos da missão. O traçado urbano da missão compreendia seis quarteirões de cem metros de frente, partindo da praça e formando várias ruas largas que iam até os campos ao redor do povoado. As casas, com amplas salas separadas umas das outras por espessas paredes, era circundadas por alpendres sustentados por colunas de pedra. Cada sala, dividida interiormente por biongos feitos de taquara, alojava uma família.

As habitações localizavam-se em três das quatro faces da praça. Na restante, voltadas para o Norte, erguia-se majestosamente a Igreja, não concluída devido a sua enorme dimensão. Essa Igreja, da qual não há vestígios, media aproximadamente cinqüenta metros de fundo por vinte de largura, sem contar o espaço diante do altar-mor com nove metros de fundo por dez de largura. O teto era apoiado por colunas de madeira. A vinte metros de altura, a abóbada com adornos dourados que ostentava enorme lustre.

Após o abandono da região pelo exército português aquartelado em Santo Ângelo, a região voltou ao domínio da Espanha. A conquista definitiva do território para a coroa portuguesa aconteceria somente em 1801. A predominância portuguesa nessa região deveu-se à necessidade de segurança que as colônias sentiam. Gomes Freire de Andrade, quando governador do Rio de Janeiro, nomeou o Brigadeiro José da Silva Pais para nova expedição com a tríplice finalidade: reconquistar a Colônia do Sacramento tomada dos portugueses pelos espanhóis, em agosto de 1860; tomar Montevidéu e enfatizar a colonização em pontos estratégicos.

Silva Pais a quem se deve a fundação da primeira povoação

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

portuguesa na capitania do Sul era engenheiro, arquiteto e militar, especialista na construção de fortes. Veio de Portugal acompanhado por centenas de homens. A fundação dos Sete Povos das Missões pelos espanhóis acirrou mais ainda a animosidade dos lusitanos o que deu origem a várias lutas no território.

O povoado de São Luiz, em franca decadência, foi invadido e saqueado em 1828 e 1829 pelo caudilho uruguaio Frutuoso Rivera. Quando irrompeu a Guerra dos Farrapos, em 1835, muitas famílias, para fugir das escaramuças bélicas, ocuparam o casario abandonado de São Luiz Gonzaga. Em 1976, São Luiz Gonzaga passou a ser o 5º Distrito de Santo Ângelo, e em 03 de junho de 1880, pela lei nº 1238, foi elevado à categoria de vila. No ano de 1902, pelo Decreto nº 477, obteve a denominação de cidade.

Em 1880, São Luiz já contava com algumas edificações necessárias para que a vila prosperasse. José Gomes Pinheiro Machado despontava como promissor político. Dessa forma, São Luiz passou a fazer parte de todos os movimentos ocorridos nessa região por ocasião da proclamação da República. O município divide com Santo Ângelo o berço da Coluna Prestes que saiu da região e percorreu o país de Sul a Norte, na década de 1920.

No início do século XX, o então Senador Pinheiro Machado procurou trazer o progresso para São Luiz. Instalou-se, com isso, o Aprendizado Agrícola, escola que, além dos ensinamentos elementares, complementava a educação com práticas agrícolas.

A constante preocupação do Senador Pinheiro era unir a região missioneira às restantes do Brasil e trazer-lhe prosperidade. O telégrafo, a estrada de ferro, a ponte do rio Piratini foram meios de acesso à cultura, à modernidade e ao progresso, viabilizados graças à sua intervenção. Com a morte do Senador em 1915, São Luiz novamente mergulhou numa profunda estagnação. A construção da estrada de ferro foi suspensa, bem como todas as melhorias até então conquistadas. A terra (por adoção) de Pinheiro Machado, com brilhante perspectiva de futuro, somente após algumas

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira
décadas, retomou o caminho do desenvolvimento.

20. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES

A história da presença europeia de São Miguel das Missões começa a ser contada em 1632, no Primeiro Ciclo das Missões, quando foi fundada a Redução de São Miguel Arcanjo, pelo padre Cristóvão de Mendonça, próxima a atual cidade de Santa Maria, à margem direita do rio Ibicuí. Diante dos ataques dos bandeirantes paulistas, o povoado foi abandonado e os indígenas e jesuítas transmigraram para o outro lado do Rio Uruguai, retornando, em 1687, e instalando definitivamente a redução no atual sítio, no Segundo Ciclo, dentro da política pensada pela coroa para deter o avanço português em direção ao sul.

O local escolhido, de acordo com as orientações das Leis de Índias, é uma elevada colina, com boa aguada próxima. Assim como nas demais reduções, São Miguel possuía seus ervais e estâncias distantes do núcleo urbano. A redução de São Miguel Arcanjo viveu seu apogeu na primeira metade do século XVIII, contando nessa época com uma população de mais ou menos 6500 habitantes. A redução, assim chamada, era o espaço físico onde os Padres Jesuítas conviviam com os índios. Sua organização assemelhava-se a de vilas e povoados espanhóis, caracterizada por uma praça central, Igreja, Colégio, oficina, casa para mulheres, casa para índios, depósitos, hospital, hospedaria, e nos arredores, moinho e olaria.

Em 1687, para possibilitar a expansão de suas lavouras, fixaram-se na bacia do Rio Piratini, no local onde estão as ruínas desse povo.

São Miguel viveu seu apogeu na primeira metade do Séc. XVIII período em que se deu a construção da Igreja. A população chegou a 6000 guaranis.

A Igreja das atuais ruínas foi construída pelo arquiteto Irmão João Batista Primoli, que também dirigiu a construção da Igreja São Miguel, de 1735 a 1744, com o auxílio de pedreiros e carpinteiros guaranis.

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

No entanto, a crise não tardou a se abater sobre a Redução de São Miguel Arcanjo, pois o Tratado de Madri determinava a troca das Missões Orientais do Rio Uruguai pela Colônia do Sacramento. Isto determinou a expulsão dos indígenas guaranis para a margem ocidental do Rio Uruguai.

Revoltados, os guaranis enfrentaram as tropas portuguesas e espanholas na chamada "Guerra Guaranítica" (1754-1756) e foram derrotados. Após o Tratado de Madri, a Redução de São Miguel Arcanjo, a exemplo dos demais povoados em terras rio-grandenses, acontece sua decadência. Em 16 de maio de 1756, as tropas coloniais entraram em São Miguel. Os indígenas e os jesuítas já haviam se retirado, mas antes disso atearam fogo na redução. Retornam após a assinatura do Tratado de El Pardo (1761), que anulou o de Madri. São Miguel volta, juntamente com os outros 6 povos, ao domínio espanhol, porém, a confiança nas autoridades estava abalada. Segue-se então um longo período de abandono e de sub-ocupação territorial de São Miguel. No final do século XVIII, o espaço urbano da antiga redução já apresentava sinais de arruinamento. Inicia-se o declínio do povoado, acentuado com a expulsão dos Jesuítas (1768) e com a implantação da administração leiga espanhola.

Os sete povos são invadidos e ocupados pelos portugueses em 1801, e o resultado é a derrocada, acentuada pela campanha e o saque de Rivera (1829). Durante quase todo o Séc. XIX o arruinamento de São Miguel se agudiza. Somente a partir da terceira década do Séc. XX este processo é invertido, quando as autoridades brasileiras se voltam para a preservação deste importante testemunho de nossa história.

Ao longo do século XIX, São Miguel foi sendo depredada sistematicamente pela população que usava suas pedras para construir casas e cercas. Inclusive, há registros no Arquivo Histórico de Santo Ângelo, antigo município sede de São Miguel das Missões, da venda pela prefeitura de materiais construtivo da antiga redução. Em 1928, no governo estadual de Getúlio Vargas é que se iniciam os trabalhos o sentido de recuperar e preservar as Ruínas de São Miguel. Mais tarde, quando Getúlio Vargas era

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Presidente da República, em 1937, foi criada a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o que permitiu que as ruínas fossem tombada como Patrimônio Histórico Nacional, em 16 de março de 1938. Em 1983, a UNESCO declarou as Ruínas da Missão de São Miguel Arcanjo Patrimônio da Humanidade. Será entre o final do século XIX e início do século XX que o atual Município de São Miguel das Missões terá seu repovoamento pelas famílias Hugo Machado, Aparício Ribas e Gervásio de Jesus.

São Miguel das Missões foi desmembrado de Santo Ângelo, e possui em sua área geográfica monumentos históricos considerados pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade.

A luta pela emancipação desse Município existe desde 1978, finalmente, em 20 de dezembro de 1987, foi realizado o plebiscito. Pela Lei nº 8584 de 29 de abril de 1988, foi criado o Município de São Miguel das Missões.

21. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO NICOLAU

São Nicolau foi a primeira redução jesuítica fundada à margem esquerda do Rio Uruguai por ação do padre jesuíta Roque Gonzalez, em 1626. Por este motivo é conhecida como a Primeira Querência do Rio Grande. Foi escolhido o nome de São Nicolau em homenagem ao Padre Nicolau Duran Mastrilli. À 02 de fevereiro de 1687, fundava-se novamente São Nicolau, com cerca de três mil indígenas, provenientes da planície Argentina. Muitos indígenas que haviam sido derrotados na invasão de 1638, regressaram, trazendo seus apetrechos e trataram de recuperar as taperas, enquanto dedicavam-se à lavoura. Depois de um ano de intenso trabalho de recuperação, abateu-se sobre o povoado, um intenso furacão, que o destruiu. Voltaram ao trabalho de recuperação, e decorrido mais um ano, um incêndio destruiu novamente a maior parte do povoado. Passadas, porém estas adversidades, o povoado volta a prosperar. Instalaram-se olarias e carpintarias, demarcaram-se as ruas, refizeram-se as casas e o Templo. O Templo construído era majestoso. Não se

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

sabe exatamente quem teria sido o fundador de São Nicolau nesta etapa, o certo, porém, é que o Padre Anselmo de La Mata quem concluiu a Igreja. São Nicolau torna-se o mais populoso povoado e o que tinha os maiores rebanhos de gado, ovinos e equinos. Em 1732, a população atingia o número de 7751 almas. No final do século XVIII, durante a epidemia de varíola, este povo foi o mais atingido, havendo grande mortalidade.

Após a decadência das Missões e a conseqüente colonização lusa, no início do século XIX e, posterior a chegada de correntes imigratórias e migratórias, entre o final do século XIX e início do século XX, o atual Município de São Nicolau teve seu repovoamento a partir de 1811 pelas famílias de Henrique Sommer, Pedro Rohr, Cristiano Bremm, Pedro Rambo e irmão, Francisco Kochann e filhos, irmãos Klein, Jacob Bewes e João Rauber.

Na data de 31 de março de 1938, São Nicolau, passou à categoria de vila, de acordo com o Decreto nº 7199. Finalmente, por achar-se, em condições de emancipar-se, conseguindo desmembrar-se de São Luís Gonzaga, passa a constituir novo município, pela Lei nº 5104, de 22 de novembro de 1965.

A atual cidade de São Nicolau está situada no mesmo local da antiga redução, conservando inclusive boa parte da antiga configuração urbanística. Sua praça principal mantém algumas estruturas arquitetônicas da Redução.

22. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DAS MISSÕES

São Paulo das Missões foi fundado no ano de 1912 por um pequeno grupo de colonizadores alemães, vindos da “Colônia Velha”, ou seja, das proximidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo, e da região de Santa Cruz do Sul, Estrela e Lageado. Eles haviam adquirido suas terras em forma de “Colônias”, de área de 25 hectares, do “Volksverein”, União Popular, entidade cooperativa que promoveu a colonização nesta região.

A origem do nome São Paulo, segundo Airtton Moacir Nedel, autor do livro São Paulo das Missões: teu passado é nossa história, referenciado ao

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

final do inventário, e que serviu de apoio para a elaboração deste histórico, está ligado ao fato de os agrimensores estarem trabalhando na abertura e medição dos lotes de terra que ficavam nas proximidades da atual cidade no dia 29 de junho, data em que se festeja este santo. A prova disto é dada por ele na existência da festa de Kerb que acontecia no mês de junho em São Paulo das Missões.

Após diversos dias de viagem de trem, carroça de bois e caminhando, os primeiros habitantes chegaram a São Paulo das Missões, em 1910. Os três pioneiros foram Lorentz Werle, Ernest Schwarz e Joseph Rasskoph. Alguns meses após chegaram Carlos Staudt, Wilhem Matte, Clemens Back, Reinoldo Schwarzer, Pedro Nicolay, Victor Goldschmidt, Fridolino Dill, Augusto Back, Stevan Seitenfuss, João Anschau, João Justen, Pedro Hols e Jorge Anchau. Já em 1911 foram criadas a comunidade católica e a primeira escola paroquial. Mutirões aconteciam para construir obras públicas e casas particulares. A consolidação de povoado deu-se em 1942, quando também se tornou sede paroquial.

A partir de janeiro de 1959, passou a Categoria de Distrito. Em 1960, foi inaugurado o Hospital de Caridade São Paulo, com 962,00m² de área construída, mais tarde ampliado por duas etapas, e hoje com 2.960,34m².

Em 1964, São Paulo das Missões recebeu os benefícios da energia elétrica. Neste ano foi quando iniciou também a campanha emancipacionista presidida pelo Dr. Fernando Dias Ramos com acompanhamento destacado de Inácio Alcides Ost, Bruno Arnoldo Nedel, Arnildo Laurêncio Rockenbach e Ervino Frederico Neis.

A criação do município efetivou-se com a Lei N° 5.205 de 30 de dezembro de 1965, desmembrando-se do município de Cerro Largo. A instalação aconteceu no dia 06 de maio de 1966. Neste dia assumiu a chefia do Executivo Municipal, o Sr. Pedro Alfredo Werle, como Interventor Federal, até o ano de 1969.

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

O Gabinete do Prefeito Municipal e demais serviços administrativos instalaram-se inicialmente num pequeno prédio, sito à Rua Independência N° 425, e em junho de 1969, transferiu-se para o prédio da antiga Escola Paroquial São Miguel, na Rua do Rosário, que serviu de sede Administrativa Municipal por 19 anos. Em 06 de maio de 1988, foi inaugurado o novo prédio do Centro Administrativo com 1.400m² aproximadamente, pelo então Prefeito Municipal Hugo Inácio Knob.

O primeiro prefeito eleito, Sr. Aloísio Bracht, assumiu o Governo Municipal em janeiro de 1969. Governaram após, os Senhores Danilo Alberto Rhoden, Mário Raimundo Ferst, Hugo Inácio Knob, novamente Mário Raimundo Ferst, Paulo Piper, João Balduino Hoff, Celso Júlio Scher e atualmente José Antônio Ruwer.

23. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

Após a decadência das Missões e a conseqüente colonização lusa, no início do século XIX e, posterior a chegada de correntes imigratórias e migratórias, entre o final do século XIX e início do século XX, a colonização do município de São Pedro do Butiá começou em 1907 com a chegada dos primeiros imigrantes de descendência germânica, as famílias Thomas, Liel, Hilgert, Schneider, Mallmann, Schuvengber, Bervanger, Kliemann, Pauli, Weyh, Griebler, Rinver, Frohlik, Heck, Konzen, Scher e Bohn.

O local inicialmente era chamado de Butiá Superior, devido a grande quantidade de butiazeiros, planta originária da região. A origem do nome do município, inicialmente, era "Butiá Superior." O início da colonização de São Pedro do Butiá aconteceu logo posteriormente à colonização de Serro Azul, realizada em 1902 por um grupo de pioneiros de origem germânica, tendo à frente o jesuíta Padre Von Lassberg que fundou a colônia situada nas proximidades do rio Ijuí. Assim estavam lançadas as bases para o início de um trabalho para o qual necessitava-se ainda de muitos voluntários, pois o interior

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

da gleba precisava ser desbravada. Essa localidade já foi diferente, pois era um grande mato aberto por picadas, cortada por regatos. Por volta de 1908 algumas famílias passaram a morar nela, chegando a pé, a cavalo ou carroça, com foice e machado começaram a desmatar. Cultivo para a subsistência era sua preocupação. Animais só criavam para o sustento e tração. No início, poucas famílias fixaram morada. Para receber educação, os filhos juntavam-se na casa do professor, onde liam e se alfabetizavam. Em 1930 um prédio foi levantado no local, criando a primeira escola. Em 1970, foi construída a escola atual. Em 1914 bem unidos, sentiram a necessidade de construir um templo sagrado, várias casas de comércio foram sendo fixadas junto ao chamado bolicho, por causa da união dos butiaenses, do trabalho de cooperação, hoje é um município que se destaca na região.

24. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SETE DE SETEMBRO

A moderna configuração do Município de Sete de Setembro está datada em 1931, quando Henrique Schildt, procedente da Colônia Buriti, município de Santo Ângelo, comprou um moinho estragado, em desuso, e uma colônia e meia de terra no local. O motivo da escolha do ambiente estava relacionado à existência de terras produtivas, que estavam cobertas por matagal, e da localização do Rio Comandai, abundante em águas. A seguir, outras pessoas passaram a adquirir terras no local, como as famílias de Augusto Muller, Albino Schirmer, João Mullich, Albino Lawisch, Eduardo Baron e João Nicoletti.

O local, desde a chegada dos primeiros povoadores do século XX, recebeu o nome de Sete de Setembro em alusão ao dia da Independência do Brasil. Como consequência das mudanças ocorridas no Brasil a partir da década de 1970, o empobrecimento da localidade se acirra, resultando no decenso populacional e na concentração urbana nas grandes cidades, criando-se, em 1994, uma comissão emancipacionista para pensar possibilidades de tornar a Vila Sete de Setembro município, dentro da perspectiva de que este era o caminho para superar em parte a crise e

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

possibilitar o desenvolvimento local.

Após o plebiscito realizado em 22 de outubro de 1995, a população aprovou a emancipação de Sete de Setembro, antigo distrito de Guarani das Missões. A emancipação aconteceu em 1996. O território do novo município foi desmembrado de Guarani das Missões e de Giruá. Assim como em diversos novos pequenos municípios da região, na primeira eleição realizada no dia 03 de outubro de 1996, indicados por consenso, assumiram o prefeito e o vice-prefeito, que na ocasião foram Valter Nicoletti Baron e Valdir Lazzaroto, respectivamente.

25. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE UBIRETAMA

Após a decadência das Missões e a conseqüente colonização lusa, no início do século XIX e, posterior a chegada de correntes imigratórias e migratórias, entre o final do século XIX e início do século XX. Os primeiros habitantes estabeleceram-se na localidade denominada de “Povoado Laranjeira” em 1909. Em 1944, o Povoado Laranjeira, por determinação do poder público do município de Santa Rosa, passou a denominar-se Ubiretama, que na língua tupi-guarani significa “Terra Pátria”.

Em Ubiretama iniciou-se a colonização dividindo a região em lotes que foram distribuídos às famílias. Mais tarde chegaram famílias de descendentes de poloneses, italianos, russos e tchecos.

26. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DAS MISSÕES

O nome do município de Vitória das Missões possui três versões. Uma primeira conta que se originou de um litígio judicial de terras, e o grupo vencedor nominou o município de Colônia Vitória. Anos depois, mudou o seu nome para Vitória das Missões. A segunda versão é que o ruralista Luis Kruehl,

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

dono da terra onde é a sede do município, nomeou o local em homenagem a sua esposa que se chamava Vitória. A terceira é que os colonos, após toda a dificuldade passada para chegar ao local, sentiram-se vitoriosos e passaram a chamar a nova terra de Colônia Vitória, no sentido de colônia da promessa.

O que se sabe é que, após o fim das reduções Jesuítico-Guaranis, e a política de ocupação lusa após 1801, o atual Município de Vitória das Missões, teve seu repovoamento efetivo, no sentido de transformação do espaço em colônias, a partir de 1909 pelas famílias de Ropke, Steinhorst, Borcharth, Ruberth, Dalla Nora, Zago, Somavilla, Possebon e Tomazi oriundos do município de Pelotas. Em 1929 chegaram os descendentes de italianos provindos, na sua maioria, das cidades de Cachoeira do Sul e Bento Gonçalves. Ocuparam as terras mais acidentadas.

Em 1958, Colônia Vitória passa a categoria de Distrito de Santo Ângelo. Três décadas depois, num momento em que a crise econômica do Rio Grande do Sul se agudiza, em virtude decadência da agricultura, começa a tomar corpo a idéia de tornar Colônia Vitória um município independente de Santo Ângelo, devido a distância do município sede, a fim de incrementar o desenvolvimento econômico-social. Em 10 de novembro de 1991 foi realizado o plebiscito em que a população decidiu pela emancipação de Vitória das Missões, que aconteceu em 20 de março de 1992, pelo decreto Lei Estadual nº 9569, sancionada e promulgada pelo então governador do Rio Grande do Sul Alceu de Deus Colares.

Fontes de Consulta para a escrita da história da região e dos municípios

Assembléia legislativa do Rio Grande do Sul. Comissão de Assunto Municipais. **Evolução Municipal – Rio Grande do Sul 1809-1996**. Porto Alegre, 2001.

BARROS, Eliane Cruxên. **Capitalismo e Colonização – os alemães no Rio Grande do Sul**. In: **RS: imigração e colonização**. Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

BORCHERTT, Gabriele. **A formação histórica de Mato Queimado**. Santo Ângelo/RS, 2005. Monografia (Graduação em História). Departamento de

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

Ciências Humanas, URI.

BRUXEL, Arnaldo. **Os trinta povos Guaranis**. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 2ª ed. 1987.

CRUZ, Beatriz Augusta Mânica Pereira da. Santo Ângelo: um Município em Construção – das Missões até 1930. Santo Ângelo – RS. Gráfica Santo Ângelo Ltda, 1986.

CRUZ, Beatriz Augusta Mânica Pereira da. **Santo Ângelo: Um município em construção – das Missões até 1930**. Santo Ângelo-RS, Gráfica Santo Ângelo Ltda., 1986.

DEWES, Sílvia. Reportagem: Santo Ângelo – O sétimo Povoado Missioneiro. Jornal: O grande Diário das Missões. Santo Ângelo. 12 de agosto de 1993. Pág. 6.

DLUZNIEWSKI, Franciele Lefle. **Gerenciamento dos resíduos sólidos no município de Sete de Setembro**. Santo Ângelo/RS, 2004. Monografia (Graduação em Geografia). Departamento de Ciências Humanas, URI.

FINOKIET, Bedati Aparecida. Arca da Memória. Santo Ângelo–RS. Gráfica Jornal das Missões. 2003.

FLORES, Moacyr. **Colonialismo e Missões Jesuíticas**. Porto Alegre, EST/ Instituto de cultura Hispânica do Rio Grande do Sul, 1983.

FREITAS; Délcio José Possebon de (organizador por). Um olhar sobre os aspectos Históricos e Geográficos de Santo Ângelo. Santo Ângelo/RS. EDIURI, 2005.

GONÇALVES, Ana Beatriz R. Gonçalves e BOFF, Claudete (org.). Turismo e Cultura: a história e os atrativos regionais. Vol. 1. Santo Ângelo. URI / FAPERGS, 2001.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração e colonização polonesa no Rio grande do Sul: a emergência do preconceito**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

<http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/entrevista.htm>>>, acesso em 24/01/2007

<http://www.radar-rs.com.br/missoes/entrejuis.htm>>>, acesso em 24/01/2007

<http://www.raizesdosul.com.br/mun118.htm> >>. acesso e, 11/11/2006

<http://www.revistagloborural.globo.com>>> Acesso em 15/12/2006

<http://www.rotamissoes.com.br>>> acesso em 20/01/2007.

<http://www.rsvirtual.net>>> acesso em 25/10/06.

<http://www.turismo.rs.gov.br/guiaturista/dicas.asp?codMunic=300&x=16&y=6>
acesso em 14/12/06.

KILIAN, Eunísia – Reportagem: Resumo do Século. Jornal: Atribuna Vip. Santo Ângelo. Dezembro de 2000.

KISS, Janice. Reportagem: Flores da Tradição. In:

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

http://globo rural.globo.com/barra.asp?d=/edic/171/rep_linho1.htm acessado 09/12/2006 às 14:25.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 2.ed. - Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LEITE, Bazillisso, *Anuário Correio das Missões. Santo Ângelo e os Santoangелenses de hoje*. Número 1. Santo Ângelo – RS. Dezembro de 1959

LESSA, Luis Carlos Barbosa. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo**. Rio de Janeiro: Globo, 1984.

MACHADO, José Olavo. **História de Santo Ângelo – das missões aos nossos dias**. Santo Ângelo. Gráfica Santo Ângelo, 1981.

MACHADO, José Olavo. História de Santo Ângelo (das Missões aos nossos dias). Santo Ângelo – RS. Gráfica Santo Ângelo Ltda, 1981.

MAESTRI, Mário. **Os Sete Povos Missionários: Das fazendas coletivas ao latifúndio pastoril rio-grandense**. In: [www.pfilosofia.pop.com.br/07 leituras cotidianas/20061017a.htm](http://www.pfilosofia.pop.com.br/07_leituras_cotidianas/20061017a.htm). Acessado em 25/11/06 às 20:30.

MATZEMBACKER, Marcos Vinícius. **O imaginário dos visitantes dos remanescentes arquitetônicos de São Miguel das Missões**. Santo Ângelo/RS, 2004. Monografia (Graduação em História). Departamento de Ciências Humanas, URI.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O passado no Futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. Gaúcho, Integração do Múltiplo In: Kern, Arno Alvarez. *Rio Grande do Sul – Continente Múltiplo*. Porto Alegre: Riocell/ Marpron, 1993.

POLANCZYK, Claudia Maria. **A etnia polonesa e suas contribuições para Guarani das Missões e a Polfest – festa tradicional polonesa**. Santo Ângelo/RS, 2006. Monografia (Graduação em História). Departamento de Ciências Humanas, URI.

Prefeitura Municipal de Pirapó. *Resgatando a história de Pirapó (1903-2003)*. São Luiz Gonzaga: Gráfica A Notícia Ltda., 2003. Consta em www.pirapo.rs.gov.br. Acesso em 23/01/2007.

PROJETO PROCOREDE <<http://www.urisan.tche.br/~projetocorede>> acesso em 20/10;2006.

REICHEL, Heloisa Jochims e GUTFREIND, Ieda. **As Raízes Históricas do Mercosul: A Região Platina**. São Leopoldo; Ed.Unisinos, 1996.

RODRIGUES, Dr. Ulysses – Relatório apresentado ao Conselho Municipal em seção ordinária de 3 de novembro de 1929. Estado do Rio Grande do Sul. Primeira Parte – Estatística Territorial.

Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira

ROSA, Ariane da. **O 4º Regimento de Cavalaria Blindado. Uma importante realidade em São Luiz Gonzaga.** Santo Ângelo/RS, 2005. Monografia (Graduação em História). Departamento de Ciências Humanas, URI.

SALAPATA, Marlete Rosane K. **A religiosidade dos Guaranienses.** Santo Ângelo/RS, 2006. Monografia (Graduação em História). Departamento de Ciências Humanas, URI.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica: Ensino Médio.** São Paulo: Nova Geração, 2005.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani** (p. 295-330) In **Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul.** Org. Arno Kern. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. **As Missões Orientais e seus Antigos Domínios.** Porto Alegre. Universal, 1909.

SIMON; Mário. Breve notícia dos Sete Povos. Santo Ângelo – RS. CPV Orbital, 1984.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Bens Culturais e Proteção Jurídica. 2. ed. Porto Alegre, EU/ Porto Alegre. 1999.

SOUZA, José Otavio Catafesto de. **O Sistema econômico nas sociedades indígenas pré-coloniais.** Horizontes Antropológicos. Porto Alegre. ano 8. nº 18 p.211-253, dezembro de 2002. In: www.scielo.br/pdf/ha/v8n18/19063.pdf

THOMAS, Maria Tereza. **Aspectos Histórico-econômicos da Vila de São Salvador.** Santo Ângelo/RS, 2005. Monografia (Graduação em História). Departamento de Ciências Humanas, URI.

TORRES, Dionísio Gonzáles. **Cultura Guarani.** Assuncion – Paraguai, 1987

TREIB, Rafael Rodrigo W. **Serro Azul (1902-1927). Início e evolução de uma colônia alemã no Rio Grande do Sul.** Santo Ângelo/RS, 2006. Monografia (Graduação em História). Departamento de Ciências Humanas, URI.

WEBLER, Lurdes Claudete. **A comunidade católica de São João Batista: origens, formação e elementos identitários.** Santo Ângelo/RS, 2005. Monografia (Graduação em História). Departamento de Ciências Humanas, URI.

WILLERS, Charlei Knebel. **Rondinha, Santa Lúcia, Caibaté – a caminhada de um município.** Santo Ângelo/RS, 2004. Monografia (Graduação em História). Departamento de Ciências Humanas, URI.

ZERO HORA, *Fascículo "Origens do Rio Grande".* Acesso em 04/12/96.